



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 007/2025

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

1. PREÂMBULO:

1.1 Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Itabaiana, Estado de Sergipe, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria nº 039/2025, de 03 de janeiro de 2025**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa especializada objetivando a aquisição de Materiais de Construções visando a realização de serviços de construção, recuperação e conservação de vias e espaços públicos, visando manter funcionamento das atividades administrativas, dando suporte as tarefas e ações operacionais, não adquiridos no pregão eletrônico nº 017/2024 conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital e demais anexos.

1.2 A presente licitação será regida pela: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei nº 2.705/2023, Decreto Municipal nº 543/2023, Decreto Municipal nº 518/2023 e Decreto Municipal nº 091/2023, e Decreto 318/2024, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

1.3 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando da Pregoeira, com a utilização de sua chave de acesso e senha no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 11/04/2025 (onze de abril de dois mil e vinte e cinco) a partir das 13:00h (treze horas) – Horário de Brasília;

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 29/04/2025 (vinte e nove de abril dois mil e vinte e cinco) às 08:00h (oito horas) – Horário de Brasília;

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: 29/04/2025 (vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco) às 09:00h: (nove horas) – Horário de Brasília

2.2. DO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:

2.2.1. O Provedor do Sistema Eletrônico para este Pregão será o Licitanet Licitações On-Line, através do site <https://licitanet.com.br/>, onde poderão ser acessados este Edital e seus anexos.

2.2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário informada pela Pregoeira.

2.3. Formalização de Consultas e Informações

2.3.1. Observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas por e-mail ou fax, informando o número da licitação.

2.3.2. Para maiores esclarecimentos deste Edital, informa-se:

- a.** Endereço do setor de licitação: Rua Francisco Santos, nº. 160. Centro. CEP: 49.500-067. Itabaiana/SE.
- b.** Horário de atendimento ao público: 7:00h às 13:00h, de segunda-feira a sexta-feira.
- c.** Referência de tempo: horário de Brasília/DF
- d.** Sites: www.licitanet.com.br; www.itabaiana.se.gov.br e www.tce.se.gov.br.

2.4. Anexos

2.4.1. Anexo I – Termo de Referência;

2.4.2. Anexo II - Minuta Ata de Registro de Preços

2.4.2. Anexo III – Minuta do Contrato

3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços objetivando a aquisição de Materiais de Construções visando a realização de serviços de construção, recuperação e conservação de vias e espaços públicos, visando manter funcionamento das atividades administrativas, dando suporte as tarefas e ações operacionais, não adquiridos no pregão eletrônico nº 017/2024 conforme especificação e quantidade constante no termo de referência, ANEXO I deste Edital e demais anexos.

3.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

3.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4.1.1. GERENCIADOR: O Órgão Gerenciador será o Prefeitura Municipal de Itabaiana, CNPJ nº 104.740/0001-10.

4.1.2. PARTICIPANTE: Os Órgãos Participantes:

PARTICIPANTES: Os Órgãos Participantes são:



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 12.219.015/0001-24;

Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ 14.745.480/0001-24;

Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte, inscrita no CNPJ 07.734.057/0001-63;

Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, inscrita no CNPJ 28.261.365/0001-99.

Fundo de Desenvolvimento do Transporte Coletivo de Itabaiana, inscrito no CNPJ 22.778.050/0001-37

4.1.3. – Poderão ser aceitas adesões posteriores à Ata de Registro de Preços, na forma do art. 28 do Decreto Municipal nº 318, de 21 de outubro de 2024, conforme item 12 do Termo de Referência.

4.1.4. Na forma do art. 86 §2º da Lei nº 14.133/2021, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos do §3º do mesmo artigo.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários será feita quando da formalização do instrumento contratual e/ou de outro instrumento hábil congênere, na forma do art. 17, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

6. DO CREDENCIAMENTO JUNTO A LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

6.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital:

6.1.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

6.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2005, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7. DA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que detenham atividade compatível e pertinente com o seu objeto;



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

7.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2005, na conformidade do item 8, deste edital.

7.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.

7.4. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Anexo I (Termo de Referência).

7.5. Como requisito para participação no pregão eletrônico o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Anexo I (Termo de Referência).

7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/21.

7.7. Poderão participar deste pregão eletrônico:

7.7.1. Somente poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

7.7.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

7.7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Prefeitura Municipal de Itabaiana, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

7.7.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

7.7.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

7.7.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.7.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Prefeitura Municipal de Itabaiana, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

7.7.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

7.8. Não poderão disputar esta licitação:

7.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.8.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

7.8.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

7.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; e

7.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. O impedimento de que trata o item 7.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens e poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.12. O disposto nos itens 7.8.2 e 7.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE

Prefeitura Municipal de Itabaiana

7.14. A vedação que estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.15. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

7.16. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

7.17. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

7.18. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

7.19. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

7.20. Os fornecedores deverão manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.21. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2005 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Pregoeira ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO MICROEMPRESA – ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

8.1. Será observado e assegurado tratamento diferenciado concedido às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP na participação em certames licitatórios deste Município de Itabaiana, conforme determina a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2005, em especial o previsto nos artigos 43 a 45 da referida lei e a Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

8.2. Será desclassificada/inabilitada a empresa que fizer uso dos benefícios concedidos às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP por ocasião de participação em certames licitatórios deste Município, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2005, no ano fiscal anterior, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos na referida lei.

8.2.1. A utilização indevida dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2005 configura fraude ao certame, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com o Município de Itabaiana, nos termos do Item – SANÇÕES.

8.3. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2005, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014;



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

8.5. A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.6. Será assegurado como critério de desempate a preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme esclarecimentos abaixo:

8.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

8.7. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2005, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1. a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.7.2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso

I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.7.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.8. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9. O disposto no artigo 45 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.10. No caso desta modalidade, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.11. Do Direito de Preferência – Nos termos do Decreto Municipal nº 091/2023, de 01 de março de 2023, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e, subsequentemente, regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e, em não havendo a possibilidade em se conceder à preferência a estes, passar-se-á, então, às empresas regionais, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

8.11.1. Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

8.11.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

8.11.3. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada com base no item 8.11.2, serão convocadas as remanescentes que



ESTADO DE SERGIPE

Prefeitura Municipal de Itabaiana

porventura se enquadrem na situação do item 8.11.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.11.5. Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:

8.11.6. Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município;

- a) 8.11.6.1. Âmbito regional - os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e assim considerados, especificamente: Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo.

8.11.6.2. Ao final dos lances, será solicitado pela Pregoeira a manifestação das empresas devidamente cadastradas como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte àquelas sediadas local ou regionalmente, e que que estejam com oferta (último lance) com valor até 10% acima do valor da melhor proposta para que se possa verificar a ocorrência de eventual empate ficto e aplicar o direito de preferência previsto no item 8.11 deste Edital.

9. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PREGOERIO(A) E DEMAIS

9.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá as seguintes atribuições:

9.1.1. Coordenar o processo licitatório, na forma do inc. II, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “c”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal nº 542/2023;

9.1.2. Receber, examinar e decidir as impugnações e consulta ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração, na forma do inc. I, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “a”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal nº 542/2023;

9.1.3. Conduzir a sessão pública na internet, na forma no inc. III, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “h”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal nº 542/2023;

9.1.4. Verificar a conformidade da proposta de preços com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, na forma do inc. IV, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “b”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal nº 542/2023;

9.1.5. Dirigir a etapa de lances, na forma no inc. III, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal Nº 542/2023;

9.1.6. Verificar e julgar as condições de habilitação, na forma no inc. III, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “d”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal nº 542/2023;

9.1.7. Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhado à autoridade competente quando mantiver sua decisão, na forma do inc. IV, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “i”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal Nº 542/2023;



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

9.1.8. Indicar o vencedor do certame, na forma do inc. II, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “i”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal Nº 542/2023;

9.1.9. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio, na forma do inc. II, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “h”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal Nº 542/2023; e

9.1.10. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a Adjudicação e a homologação, na forma do inc. III, do Art. 6º, da Lei Municipal nº 2.705/2023 c/c al. “i”, do inc. III, do Art. 3º, do Decreto Municipal Nº 542/2023.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3(três)dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através da plataforma do “Licitanet”, bem como através do e-mail: licitação.pmita@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, na forma do § 2º, do art. 16, da Instrução Normativo nº 73/2022.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

11.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), os documentos de **habilitação** exigidos no edital, quando solicitado ao licitante classificado provisoriamente em 1º (primeiro) lugar, em campo próprio do sistema, após o findo da fase anterior, **proposta** com a “descrição detalhada do objeto ofertado”, incluindo **quantidade, preço** e a **marca** (conforme solicita o sistema), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

11.2.1. As propostas registradas no Sistema não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será desclassificada pela Pregoeira.

11.2.2. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

11.2.3. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal e as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), prevalecerão às últimas.

11.2.4. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

11.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste Edital.

11.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

11.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.4 ou 11.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

11.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, na forma do § 1º, art. 19, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 11.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

11.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.1.1. Valor unitário do item;

12.1.2. Marca;

12.1.3. Fabricante;

12.1.4. Quantidade Cotada;

12.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.1.4. Em se tratando de:

12.1.4.1. Serviços colocar a palavra “serviços”, a expressão “SV” ou deixar em branco o campo marca.

12.1.4.2. Produtos fabricação própria colocar a expressão “fabricação própria”.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.6. Informa-se que o município reterá o valor da alíquota, correspondente à espécie do bem fornecido ou do serviço prestado – na forma preconizada pela IN RFB nº1.234/2012 –, concernente ao Imposto de Renda, ou seja, ficará retido na fonte ao qual incidirá sobre o(s) pagamento(s) efetuado(s) por este município ao fornecedor/contribuinte, consoante Decreto Municipal nº 518/2023, de 12 de dezembro de 2023.

12.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão ou não se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.



ESTADO DE SERGIPE

Prefeitura Municipal de Itabaiana

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

12.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 11.9.

12.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

12.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

12.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. No horário estabelecido neste Edital, a Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 11.2 do edital.

13.1.1. A Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “descrição detalhada do objeto” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

13.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a Pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então desclassificará.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

13.2.1. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

13.3. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pela Pregoeira.

13.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

13.4.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.4.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.4.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá obedecer ao valor informado na tabela constante no Anexo I, Termo de referência.

13.4.4. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

13.5. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

13.6. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

13.6.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

13.6.5. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, A Pregoeira, poderá convocar no chat mensagem para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

13.7. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

13.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

13.7.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento), superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, na forma do Art. 24, da Instrução Normativa SEGES/ME N° 73, de 30 de setembro de 2022.

13.7.2.1. Em se tratando de licitação, que envolva o critério de preferência, que envolvam inovação tecnológica, na forma do Decreto Federal N° 11.890, de 22 de janeiro de 2024, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento), INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI N° 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024, superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.7.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

13.7.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.7.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.8. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento), superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações, na forma do Art. 25, da Instrução Normativa SEGES/ME N° 73, de 30 de setembro de 2022.

13.8.1. Em se tratando de licitação, que envolva o critério de preferência, que envolvam inovação tecnológica, na forma do Decreto Federal N° 11.890, de 22 de janeiro de 2024, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

das propostas até 20% (vinte por cento), INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024, superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

13.8.1.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.8.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.8.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.8.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

13.8.1.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

13.8.1.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

13.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

13.9.1. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

13.10. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, a Pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

13.11. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

13.12. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

13.13. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

13.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>

13.15. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

13.16. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

13.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2005.

13.18. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

13.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.20. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

13.21. O disposto no item 13.17 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

13.22. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

13.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

13.22.2. Empresas brasileiras;

13.22.3 Empresas que possuam, no seu quadro de funcionário, ao menos, 08% (oito por cento), do quantitativo de seus funcionários, mulheres, comprovadamente, vítimas de violência doméstica, na forma da Nota Recomendatória TCE/SE N° 01/2024 c/c Decreto Federal N° 11.430, de 08 de março de 2023.

13.22.4. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.22.5. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 60º, § 1º, inciso, III da Lei nº 14133/21);

13.22.6. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

13.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

13.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

13.24.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

13.24.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; (suspensão, por força do Acórdão de Relação N° 723/2024 – plenário – TCU)

13.24.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

13.24.3.1. Para fins de observância a tal requisito, os licitantes, acaso solicitado, deverão comprovar, por meio idôneo, que possuem o selo Empresa Amiga da Mulher, na forma do Art. 3º, da Lei Federal N° 14.682, de 20 de setembro de 2023.

13.24.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, conforme o §2º, do Art. 28, segundo a redação atualizada, na conformidade do Art. 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME N° 79, de 12 de setembro de 2024.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

13.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, A Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

13.26. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.27. No caso de bens e serviços em geral, será considerado inexequível, na forma do art. 34, da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30 de setembro de 2022, o preço cotado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Prefeitura.

13.27.1. No caso de serviços de engenharia, será considerado inexequível, na forma do art. 59, §4º da Lei nº. 14.133/21, o preço cotado inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Prefeitura.

13.27.2. Ainda em se tratando de serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o § 5º, do Art. 59, da Lei Federal Nº 14.133/21

13.28. Quando a Comissão considerar os preços praticados pelo licitante inexequíveis, de acordo com os padrões acima estabelecidos, deverá o licitante comprovar a exequibilidade dos mesmos, dentro de critérios técnicos (notas fiscais de serviços similares já prestados e contratos, e, ainda, planilha contábil para comprovar a exequibilidade dos preços praticados, após ressarcidos os custos operacionais, materiais e pessoais e demonstrando o cumprimento de todas as obrigações fiscais, trabalhistas, tributárias, legais, encargos, taxas e demais, e, ainda, auferir lucro, com o preço apresentado, por exemplo), no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de desclassificação da proposta, se não o fizer, consoante Art. 59, inc. IV, da Lei nº 14.133/21 e Súmula nº 262 – TCU

13.29. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

13.29.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

empregada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

13.29.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual, conforme al. “d5”, do item 2.6, do anexo V, da Instrução Normativa N° 005/2017.

13.29.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

13.29.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

13.29.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

13.30. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

13.30.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

13.30.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.31. Nos itens em que possam surgir dúvidas quanto à qualidade do produto a ser entregue, ou seja, quando a eventual marca, apresentada pelo licitante, não dispor de notório renome, a Administração valer-se-á do direito de exigir apresentação de amostras dos mesmos.

13.32. Acaso venham a ser exigidas, as amostras em um único pacote, com o carimbo da firma proponente, para efeito de identificação, e, se possível, identificadas individualmente. As amostras não serão devolvidas.

13.33. As amostras serão solicitadas pelo Pregoeiro após a fase de lances verbais e deverão ser apresentadas pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar no prazo de 72hs (setenta e duas horas), contando-se do término da sessão.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

13.34. O prazo estabelecido no item 13.32 poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da licitante, desde que a mesma apresente justificativa aceitável pela Administração.

13.35. Na análise das amostras será feita pelo Setor Competente mediante comparação da descrição do produto pela licitante com as especificações definidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. As amostras serão aprovadas no caso da descrição do produto ser condizente com as especificações do Termo de Referência Anexo I deste Edital e da proposta da licitante.

13.36. As propostas das licitantes que tiveram suas amostras reprovadas pela Administração serão desclassificadas, com base no Art. 59, II, da Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações. Neste caso serão analisadas as amostras das demais licitantes na ordem de classificação até a aprovação de uma que atenda as exigências deste Edital e seus Anexos.

13.37. A Pregoeira poderá solicitar parecer da Procuradoria Jurídica do Município e/ou de empresas que prestem assessoria a este Município para embasar suas decisões.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. O sistema gerará a proposta reformulada do licitante que ofertou o menor preço, após o término da habilitação, em conformidade com os lances eventualmente ofertados:

14.2. PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

14.3. PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irrevogável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

14.4. DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do serviço. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

14.5. RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

14.6. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

14.7. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo “Informações Adicionais” ou anexá-las no campo apropriado do sistema do licitanet, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de FORNECIMENTO, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

14.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

- 14.11. É obrigatória a indicação de marca do produto ofertado para efeito da análise da proposta, cabendo ao licitante interessado, indicar no sistema seus preços e marcas para cada item de seu interesse, sob pena de desclassificação.
- 14.12. A ausência de MARCA dos itens ofertados nesse processo, por se tratar de informação essencial para verificação de compatibilidade do ofertado com o licitado, será motivo para desclassificação.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

15.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

15.2. Será realizada, também, consulta do sócio majoritário no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

15.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

15.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

15.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

15.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

15.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

15.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

15.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

15.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

15.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

15.16. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

15.17. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.17.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

15.17.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

15.17.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

15.17.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

15.17.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#). (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

15.17.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

15.17.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

15.17.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.18. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

15.18.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; (Inc. I, do Art. 68, da Lei Nº 14.133/2021)

15.18.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. (Inc. III, do Art. 68, da Lei Nº 14.133/2021)

15.18.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (Inc. IV, do Art. 68, da Lei Nº 14.133/2021)



ESTADO DE SERGIPE

Prefeitura Municipal de Itabaiana

15.18.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; (Inc. V, do Art. 68, da Lei Nº 14.133/2021)

15.18.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Inc. II, do Art. 68, da Lei Nº 14.133/2021)

15.18.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; (Inc. III, do Art. 68, da Lei Nº 14.133/2021)

15.18.7 Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; (Inc. III, do Art. 68, da Lei Nº 14.133/2021)

15.18.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. (Art. 207, da Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966)

15.18.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.19. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

15.19.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

15.19.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

15.20. Qualificação Técnica

15.20.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

15.20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.20.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.20.4. Para os itens (brita, paralelepípedo granítico, areia e etc.) deste termo de referência, deverá ser apresentado Licença Ambiental da jazida de origem, e, ainda, a “autorização de registro de licença” ou



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

“licenciamento” de competência da Agência Nacional de Mineração – ANM, ou equivalente, quanto aos minérios utilizados para execução da obra, os agregados (areia, brita, paralelepípedo etc.), em atendimento à recomendação do Ministério Público de Contas de Sergipe, reforçada pelo Ofício Circular nº 10/2023/GP, referente ao Termo de Alerta 01/2023-DCEOS, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

16 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

16.1 Finalizado o certame licitatório, os documentos de habilitação e a proposta cadastrados na Plataforma Eletrônica Licitanet deverão ser encaminhados em original a Prefeitura Municipal de Itabaiana dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a sessão, em envelope lacrado e rubricado nos fechos, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA – SE.

NOME DO LICITANTE: _____. CONTEÚDO: PROPOSTA E/OU
HABILITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____. ATT.: SETOR DE LICITAÇÃO/PREGOEIRA.

16.2 – Os documentos de habilitação poderão ser encaminhados em processo de cópia autenticada pelo Cartório Competente ou acompanhados do original para serem autenticados por Servidor da Administração. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

16.3. Não será necessário envio dos documentos autenticados digitalmente ou que possam ter sua autenticidade verificada pela internet.

16.4. Solicita-se que os documentos anexados na Plataforma Eletrônica Licitanet, que não puderem ser alcançados via internet para sua conferência, preferencialmente, sejam autenticados digitalmente, a fim de facilitar os trabalhos da Pregoeira e imprimir maior celeridade ao certame.

16.5. Ainda para efeito de conferência da documentação, e em atendimento aos princípios da eficiência, razoabilidade e celeridade, a Pregoeira poderá solicitar ao licitante vencedor que encaminhe a documentação original necessária à conferência através de vídeo gravado contendo a filmagem integral, sem cortes e plenamente legível dos documentos originais, frente e verso.

16.6. Poderá, também, ser solicitada pela Pregoeira a realização de chamada de vídeo on line, através de plataforma própria (WhatsApp, Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype, etc.), a ser definida entre a mesma e o licitante, para a conferência da documentação, a qual poderá ser gravada.

16.7. A decisão acerca da utilização dos métodos descritos nos subitens 16.2 e 16.3 será comunicada via sistema a todos os licitantes e informado como será a mesma realizada, ficando disponível a todos os interessados

16.8. O prazo estabelecido no item 16.1 poderá ser prorrogado, apedido do licitante, desde que a justificativa seja aceita pela Administração

16.9. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente.

16.10. A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

16.11. A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Pregoeira.

16.12. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante.

16.13. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

17.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

17.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca e procedência, vinculam a Contratada.

17.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/2021).

17.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

17.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

17.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

18.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

18.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

18.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

18.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação; e

18.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

18.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

18.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.10.11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://itabaiana.se.gov.br/licitacao>.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2005. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

20.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

20.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

20.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, na forma do inc. III, do art. 18, Decreto Federal Nº 11.462/23.

20.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



ESTADO DE SERGIPE

Prefeitura Municipal de Itabaiana

20.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original, conforme do § 2º, do art. 18, do Decreto Federal Nº 11.462/23.

20.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

20.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

20.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

20.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, na forma do parágrafo único, do art. 20, do Decreto Federal nº 11.462/23, poderá:

20.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

20.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

21.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

21.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, estará sujeito às penalidades previstas no Item – **DAS SANÇÕES**. Neste caso, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, celebrar o Contrato.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, na forma do § 1º, do art. 19, do Decreto Federal Nº 11.462/23, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

22.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

22.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

22.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, na forma do § 4º, do art. 18, do Decreto Federal Nº 11.462/2023.

22.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme preceitua o Art. 21, do Decreto federal Nº 11.462/23.

22.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, na forma do art. 20, do Decreto federal Nº 11.462/23.

23. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Nota de Empenho, em substituição ao termo contratual.

23.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

23.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.3. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

23.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

23.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

23.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

23.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 156, da Lei federal Nº 14.133/21.

23.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

23.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

23.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

24. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

24.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

25. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

26.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

27. DO PAGAMENTO

27.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

28. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

28.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

28.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

28.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

28.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

28.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

28.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

28.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

28.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

28.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

28.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

28.1.5. Fraudar a licitação.

28.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

28.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

28.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

28.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

28.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

28.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

28.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

28.2.1. Advertência;

28.2.2. Multa;

28.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

28.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

28.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

28.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

28.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

28.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

28.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, conforme § 1º, do art. 156, da Lei Federal Nº 14.133/21, a contar da comunicação oficial.

28.4.1. Para as infrações previstas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado, na forma do § 3º, do art. 156, da Lei Federal Nº 14.133/21.

28.4.2. Para as infrações previstas nos itens 28.1.4, 28.1.5, 28.1.6, 28.1.7 e 28.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado, na forma do Art. 155, da Lei Federal Nº 14.133/21.

28.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

28.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DE SERGIPE

Prefeitura Municipal de Itabaiana

28.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma do § 4º, do Art. 156, da Lei Federal Nº 14.133/21.

28.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 28.1.4, 28.1.5, 28.1.6, 28.1.7 e 28.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

28.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 28.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

28.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, na forma do § 1º, do art. 158, da Lei Federal Nº 14.133/21.

28.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

28.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

28.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

28.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, conforme § 9º, do Art. 156, da Lei federal Nº 14.133.

29. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

29.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a presente licitação, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, de ofício ou por provação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

29.2. Os licitantes não terão direitos a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual ou documento equivalente.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

30.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

30.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

30.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://itabaiana.se.gov.br/licitacao>.

31. DOS CASOS OMISSOS

31.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pela Pregoeira ou Autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Itabaiana, 07 de abril de 2025

Augusto Douglas Mendonça Ribeiro
Setor de Licitações



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Aquisição de Materiais de Construções visando a realização de serviços de construção, recuperação e conservação de vias e espaços públicos, visando manter funcionamento das atividades administrativas, dando suporte as tarefas e ações operacionais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

Item	Código		Descrição	Especificação	Und.	Qtd. Ampla	Item EPP/ME	Qtd. EPP/ME	Qtd. Total	Valor de Referência Unitário	Total
1	5877	6810/393903	ABRAÇA DEIRA DE AÇO DE 2	ABRAÇA DEIRA DE AÇO DE 2	UND				370	14,0800	5.209,6000
2	13521	6810/398524	Abraçadeira de aço de 4	Abraçadeira de aço de 4	UND				370	20,6600	7.644,2000
3	13520	6810/377657	Abraçadeira de aço de 3	Abraçadeira de aço de 3	UND				370	21,3300	7.892,1000
4	13518	6810/600554	Abraçadeira de aço de 3/4	Abraçadeira de aço de 3/4	UND				430	3,8900	1.672,7000
5	5874	6810/395451	ABRAÇA DEIRA DE NYLON 20CM (PTC. 100)	ABRAÇA DEIRA DE NYLON 20CM (PTC. 100)	PCT				250	22,7700	5.692,5000
6	5876	6810/440974	ABRAÇA DEIRA DE NYLON 40CM (PTC. 100)	ABRAÇA DEIRA DE NYLON 40CM (PTC. 100)	PCT				240	38,3800	9.211,2000
7	13522	6810/382998	Abraçadeira tipo U 1/2	Abraçadeira tipo U 1/2	UND				360	1,1200	403,2000
8	5879	6810/440969	ABRAÇA DEIRA TIPO U 3/4	ABRAÇA DEIRA TIPO U 3/4	UND				250	1,4500	362,5000
9	14670	6810/616925	Acrílico fosco premium galão 3,6	Acrílico fosco premium galão 3,6	GAL				325	68,0000	22.100,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

10	5567	6810/338009	ACRÍLICO FOSCO PREMIUM LATÃO 18LT	ACRÍLICO FOSCO PREMIUM LATÃO 18LT	LA				314	240,3200	75.460,4800
11	5568	6810/Não consta	ACRÍLICO SEMI-BRILHO PREMIUM M 18L	ACRÍLICO SEMI-BRILHO PREMIUM M 18L	LA	155	491,0000	51	206	524,6900	108.086,1400
12	14671	6810/601008	Acrílico semi-brilho premium 3,6l	Acrílico semi-brilho premium 3,6l	GAL				630	83,0200	52.302,6000
13	13641	6810/615154	Adaptador compressão para tubo de PEAD 20mm	Adaptador compressão para tubo de PEAD 20mm	UND				200	7,9100	1.582,0000
14	24102	6810/373933	Adaptador misto 20x1/2	Adaptador misto 20x1/2	UND				86	1,0300	88,5800
15	24103	6810/453144	Adaptador misto 25x3/4	Adaptador misto 25x3/4	UND				160	0,7800	124,8000
16	24104	6810/453143	Adaptador misto 32x1	Adaptador misto 32x1	UND				260	1,9500	507,0000
17	24105	6810/373931	Adaptador misto 50x1.1/2	Adaptador misto 50x1.1/2	UND				166	3,7700	625,8200
18	24106	6810/373935	Adaptador misto 60x2	Adaptador misto 60x2	UND				80	7,8400	627,2000
19	13642	6810/477253	Adesivo PVC bisnaga 75g	Adesivo PVC bisnaga 75g	UND				416	4,3800	1.822,0800



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

20	14674	6810/262 861	Aguarrás 900ml	Aguarrás 900ml	UND				540	17,1700	9.271,8000
21	13526	5630/241 405	Alavanca 1 x 1,50m	Alavanca 1 x 1,50m	UND				128	112,6000	14.412,8000
22	13525	5630/274 406	Alicate bomba d'água 10	Alicate bomba d'água 10	UND				31	51,3600	1.592,1600
23	32415	5630/328 217	Alicate de corte universal 8'	Alicate de corte universal 8'	UND				58	35,6900	2.070,0200
24	30588	5630/468 613	ALICATE DE PRESSÃ O 10'	ALICATE DE PRESSÃ O 10'	UND				52	48,9300	2.544,3600
25	24107	5630/213 882	Ancinho pesado 12 dentes com cabo	Ancinho pesado 12 dentes com cabo	UND				122	21,7400	2.652,2800
26	24108	5630/601 864	Ancinho pesado 14 dentes com cabo	Ancinho pesado 14 dentes com cabo	UND				114	43,7600	4.988,6400
27	13644	5630/302 272	Anel de Borracha p/ tubos e conexõe s PBA de 100mm	Anel de Borracha p/ tubos e conexõe s PBA de 100mm	UND				110	9,2700	1.019,7000
28	13643	5630/265 155	Anel de Borracha p/ tubos e conexõe s PBA de 60mm	Anel de Borracha p/ tubos e conexõe s PBA de 60mm	UND				160	4,0700	651,2000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

29	5506	5630/302 271	ANEL DE BORRA CHA P/ TUBOS E CONEX ÕES PBA DE 75MM	ANEL DE BORRA CHA P/ TUBOS E CONEX ÕES PBA DE 75MM	UND				110	5,1400	565,4000
30	13772	5630/446 925	Anel de vedação p/ vaso sanitário	Anel de vedação p/ vaso sanitário	UND				514	7,4000	3.803,6000
31	21887	5630/619 590	Anel em concreto pré- moldado p/ fossa 60x50	Anel em concreto pré- moldado p/ fossa 60x50	UND	330	492,0000	110	440	292,6700	128.774,8000
32	13442	5630/233 561	Arame farpado 500m	Arame farpado 500m	ROL				50	405,6000	20.280,0000
33	13444	5630/380 038	Arame galvaniza do liso 12	Arame galvaniza do liso 12	KG				270	16,8300	4.544,1000
34	32256	5630/265 078	Arame galvaniza do liso 14	Arame galvaniza do liso 14	KG				260	17,3200	4.503,2000
35	13445	5630/265 079	Arame galvaniza do liso 16	Arame galvaniza do liso 16	KG				255	18,0600	4.605,3000
36	13447	5630/233 211	Arame recozido BWG 18	Arame recozido BWG 18	KG				1.050	18,1700	19.078,5000
37	422	5630/280 969	AREIA CAVADA	AREIA CAVADA	M³	3.923	493,0000	1.307	5.230	62,1500	325.044,5000
38	423	5630/216 953	AREIA LAVADA	AREIA LAVADA.	M³	3.899	494,0000	1.299	5.198	95,1500	494.589,7000
39	25891	5630/445 129	Argila expandid	Argila expandid	UND				360	39,9800	14.392,8000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			a sacco 50 L	a sacco 50l							
40	14698	5630/419 029	Armação p/ roldana reforçada	Armação p/ roldana reforçada	UND				300	33,2700	9.981,0000
41	13530	5630/392 394	Arruela lisa 1/4	Arruela lisa 1/4	UND				1.895	0,3000	568,5000
42	18981	5630/472 081	Aspersor	Aspersor	UND				160	15,7900	2.526,4000
43	13645	5630/457 636	Assento sanitário plástico	Assento sanitário plástico	UND				704	22,6800	15.966,7200
44	13481	5630	B. janela almofada (muira/m elan/ane sc) 1,10 x 0,50	B. janela almofada (muira/m elan/ane sc) 1,10 x 0,50	UND				130	318,7200	41.433,6000
45	13482	5630	B. janela almofada (muira/m elan/ane sc) 1,10 x 0,60	B. janela almofada (muira/m elan/ane sc) 1,10 x 0,60	UND				130	332,8800	43.274,4000
46	13483	5630	B. janela almofada (muira/m elan/ane sc) 1,10 x 0,70	B. janela almofada (muira/m elan/ane sc) 1,10 x 0,70	UND				130	360,7500	46.897,5000
47	13484	5630	B. janela almofada (muira/m elan/ane sc) 1,10 x 0,80	B. janela almofada (muira/m elan/ane sc) 1,10 x 0,80	UND				130	396,5900	51.556,7000
48	24110	5510	Barrote 5 x 5 com 3,5m	Barrote 5 x 5 com 3,5m	UND				480	64,0800	30.758,4000
49	13479	5510	Barrote 6 x 5 com 3,5m	Barrote 6 x 5 com 3,5m	UND				460	78,5200	36.119,2000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

50	18982	5510	Barrote 7x7 com 3,5m	Barrote 7x7 com 3,5m	UND				400	54,4500	21.780,0000
51	14699	5510/398 696	Base para relé	Base para relé	UND	7.095	495,0000	2.365	9.460	20,1400	190.524,4000
52	24111	5510/271 931	Bloco cerâmico 6 furos 09x14x1 9 cm	Bloco cerâmico 6 furos 09x14x1 9 cm	UND	171.600	496,0000	4.400	176.000	0,6300	110.880,0000
53	2310	5510/402 154	BOCAL DE PORCEL ANA E27	BOCAL DE PORCEL ANA E27	UND				410	3,4800	1.426,8000
54	13646	5510/392 976	Bolsa de ligação p/vaso sanitário	Bolsa de ligação p/vaso sanitário	UND				729	7,0100	5.110,2900
55	13532	5510	Bomba de ar tipo pedal com manomet ro	Bomba de ar tipo pedal com manomet ro	UND				38	41,3600	1.571,6800
56	18983	5510/307 499	Bombona plástica tambor com 200L	Bombona plástica tambor com 200L	UND				100	185,6500	18.565,0000
57	28342	5510/216 957	BRAÇO CURVO EM AÇO GALVAN IZADO A FOGO, COM SAPATA DE 48X4000 MM DI	BRAÇO CURVO EM AÇO GALVAN IZADO A FOGO, COM SAPATA DE 48X4000 MM DI	UND	600	497,0000	200	800	210,0700	168.056,0000
58	5851	5510/328 403	BRITA 1	BRITA 1	M³	1.335	498,0000	445	1.780	110,7500	197.135,0000
59	5852	5510/252	BRITA	BRITA	M³	2.685	499,0000	895	3.580	104,6700	374.718,6000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

		669	3/4	3/4							
60	13533	5510/432 572	Broca chata 5/8	Broca chata 5/8	UND				85	8,0200	681,7000
61	5898	5510/342 482	BROCA P/ CONCR ETO EXTRAL ONGA 1/2 - 13MM	BROCA P/ CONCR ETO EXTRAL ONGA 1/2 - 13MM	UND				137	94,7700	12.983,4900
62	13534	5510/485 118	Broca p/ concreto normal 13/32- 10mm	Broca p/ concreto normal 13/32- 10mm	UND				75	10,3300	774,7500
63	13536	5510/358 277	Broca p/ concreto normal 6,0mm	Broca p/ concreto normal 6,0mm	UND				150	6,0300	904,5000
64	13537	5510/465 869	Broca p/ concreto normal 8,0mm	Broca p/ concreto normal 8,0mm	UND				150	7,1500	1.072,5000
65	13463	5510/236 489	Broxa quadrada	Broxa quadrada	UND				374	6,7900	2.539,4600
66	21897	5510/214 344	Bucha 12pp	Bucha 12pp	UND				1.730	0,2000	346,0000
67	13540	5510/602 037	Bucha 6 PP	Bucha 6 PP	UND				1.915	0,1400	268,1000
68	13541	5510/316 833	Bucha 8 PP	Bucha 8 PP	UND				1.915	0,1600	306,4000
69	13647	5510/343 951	Bucha de redução 25mm x 20mm	Bucha de redução 25mm x 20mm	UND				437	1,0000	437,0000
70	13648	5510/458 498	Bucha de redução roscaivel de 3/4 x 1/2	Bucha de redução roscaivel de 3/4 x 1/2	UND				439	1,4200	623,3800
71	32426	5510/408	Cabo de	Cabo de	M				400	15,4500	6.180,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

		493	cobre nu 16mm	cobre nu 16mm							
72	14702	5510/483 320	Cabo flexível 1,50mm	Cabo flexível 1,50mm	M				20.226	0,8600	17.394,3600
73	14703	5510/601 951	Cabo flexível 2,50mm	Cabo flexível 2,50mm	M				20.226	1,7700	35.800,0200
74	14704	5510/485 621	Cabo flexível 4,00mm	Cabo flexível 4,00mm	M				20.009	3,7000	74.033,3000
75	14705	5510/380 635	Cabo flexível 6,00mm	Cabo flexível 6,00mm	M	15.022	500,0000	5.007	20.029	4,1100	82.319,1900
76	13543	5510/452 377	Cabo p/ enxada 1,5m	Cabo p/ enxada 1,5m	UND				518	22,3500	11.577,3000
77	13544	5510/450 325	Cabo p/ pá / foice / cavadeir a 1,20m	Cabo p/ pá / foice / cavadeir a 1,20m	UND				512	20,5200	10.506,2400
78	13545	5510/458 476	Cabo p/ picareta 1,0m	Cabo p/ picareta 1,0m	UND				341	18,7700	6.400,5700
79	2315	5510/433 839	CABO RÍGIDO 10,0MM	CABO RÍGIDO 10,0MM	M				4.700	9,3600	43.992,0000
80	14707	5510/335 534	Cabo rígido 16,0mm 1KV	Cabo rígido 16,0mm 1KV	M				3.500	11,1800	39.130,0000
81	2313	5510/298 376	CABO RÍGIDO 6,00MM	CABO RÍGIDO 6,00MM	M				12.410	3,6000	44.676,0000
82	13546	5510/298 375	Cadeado 30 mm	Cadeado 30 mm	UND				235	19,3000	4.535,5000
83	13547	5510/339 785	Cadeado 40 mm	Cadeado 40 mm	UND				314	36,1200	11.341,6800
84	13549	5510/449 289	Cadeado 60 mm	Cadeado 60 mm	UND				329	42,1700	13.873,9300
85	13550	5510/616 045	Cadeado 70 mm	Cadeado 70 mm	UND				190	67,0000	12.730,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

86	32456	5510/483 178	Caixa de água com tampa 1000L	Caixa de água com tampa 1000L	UND				76	355,3300	27.005,0800
87	32459	5510/616 047	Caixa de água com tampa 20000L	Caixa de água com tampa 20000L	UND	6	501,0000	1	7	13.412,3 400	93.886,3800
88	32457	5510/369 403	Caixa de água com tampa 5000L	Caixa de água com tampa 5000L	UND	21	502,0000	7	28	3.610,20 00	101.085,6000
89	32455	5510/357 085	Caixa de água com tampa 500L	Caixa de água com tampa 500L	UND				72	244,3400	17.592,4800
90	13649	5510/440 976	Caixa de descarga com boia de nível	Caixa de descarga com boia de nível	UND				589	40,4000	23.795,6000
91	14709	5510/440 977	Caixa de energia monofási ca padrão energisa	Caixa de energia monofási ca padrão energisa	UND				94	58,3700	5.486,7800
92	14708	5510/601 517	Caixa de energia trifásica	Caixa de energia trifásica	UND				107	131,9300	14.116,5100
93	13650	5510	Caixa de hidrômetr o	Caixa de hidrômetr o	UND				122	102,0100	12.445,2200
94	32257	5510/374 677	CAIXA PRÉ- MOLDA DA COM TAMPA P/ ATERRA	CAIXA PRÉ- MOLDA DA COM TAMPA P/ ATERRA	UND				60	73,8300	4.429,8000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			MENTO 20X20X1 5CM	MENTO 20X20X1 5CM							
95	13651	5510/274 720	Caixa sifonada 100 x 100 x 50mm	Caixa sifonada 100 x 100 x 50mm	UND				223	19,8500	4.426,5500
96	13652	5510/248 941	Caixa sifonada 150 x 150 x 50mm	Caixa sifonada 150 x 150 x 50mm	UND				155	28,4700	4.412,8500
97	32472	5510/251 053	Cal para pintura - pct com 5 kg	Cal para pintura - pct com 5 kg	UND				965	14,2700	13.770,5500
98	13552	5510/380 960	Câmara de ar 3,25-8 bico normal	Câmara de ar 3,25-8 bico normal	UND				354	16,1800	5.727,7200
99	13655	5510/302 843	Cap de PVC para tubo de PBA de 100mm	Cap de PVC para tubo de PBA de 100mm	UND				80	22,6700	1.813,6000
100	13653	5510/389 645	Cap de PVC para tubo de PBA de 60mm	Cap de PVC para tubo de PBA de 60mm	UND				90	12,2900	1.106,1000
101	13654	5510/455 873	Cap de PVC para tubo de PBA de 75mm	Cap de PVC para tubo de PBA de 75mm	UND				80	25,8100	2.064,8000
102	30599	5510/452 395	CARRET EL ROÇAD EIRA	CARRET EL ROÇAD EIRA	UND				350	143,7100	50.298,5000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			FIO NYLON – STIHL FS 220	FIO NYLON – STIHL FS 220							
103	18988	5510/601 983	Carrinho de mão extra forte caçamba 65 litros metálica reforçada	Carrinho de mão extra forte caçamba 65 litros metálica reforçada	UND	396	503,0000	132	528	481,0000	253.968,0000
104	32416	5510/264 901	Cavadeir a articulad a bico de tucano	Cavadeir a articulad a bico de tucano	UND				36	108,8300	3.917,8800
105	25970	5510/404 753	Cavadeir a reta com cabo	Cavadeir a reta com cabo	UND				52	64,1600	3.336,3200
106	21875	5510/336 851	Centro de distribuiç ão p/ 12 disjuntor es	Centro de distribuiç ão p/ 12 disjuntor es	UND				145	303,1300	43.953,8500
107	13486	5510/412 196	Chapa de compens ado 15mm 2,20 x 1,60	Chapa de compens ado 15mm 2,20 x 1,60	UND	300	504,0000	100	400	254,7000	101.880,0000
108	14718	5510	Chave contacto a 3RT 1044	Chave contacto a 3RT 1044	CX				116	488,2600	56.638,1600
109	14719	5510	Chave contacto a 3TF 43	Chave contacto a 3TF 43	UND				116	279,0900	32.374,4400
110	14720	5510/437 800	Chave contacto	Chave contacto	UND				116	359,6500	41.719,4000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			a 3TF 44	a 3TF 44							
111	14721	5510/483 285	Chave contactor a 3TF 45	Chave contactor a 3TF 45	UND				116	539,6600	62.600,5600
112	13559	5510/451 483	Chave de fenda 1/4x8	Chave de fenda 1/4x8	UND				47	13,5900	638,7300
113	32428	5510/238 932	Chave de impacto 180 bivolt c/ bateria	Chave de impacto 180 bivolt c/ bateria	UND				2	1.480,00 00	2.960,0000
114	13657	5510/423 357	Cola cano de PVC 175gr	Cola cano de PVC 175gr	UND				524	10,4400	5.470,5600
115	13039	5510/441 609	COLHER DE PEDREI RO 10	COLHER DE PEDREI RO 10	UND				236	21,2100	5.005,5600
116	13038	5510/458 408	COLHER DE PEDREI RO 8	COLHER DE PEDREI RO 8	UND				240	9,4000	2.256,0000
117	14725	486724	Conector de perfuraçã o variação principal 16- 150mm secundár ia 4- 35mm	Conector de perfuraçã o variação principal 16- 150mm secundár ia 4- 35mm	UND				1.000	40,4200	40.420,0000
118	21877	5510/479 604	Conector para haste terra	Conector para haste terra	UND				245	14,0100	3.432,4500
119	2317	5510	CONECT OR TIPO CUNHA VARIAÇ	CONECT OR TIPO CUNHA VARIAÇ	UND				1.500	6,0200	9.030,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			ÃO PRINCIP AL 16MM SECUND ÁRIA 1,5MM	ÃO PRINCIP AL 16MM SECUND ÁRIA 1,5MM							
120	25971	5510	Conector tipo cunha variação principal 25 mm secundár ia 10 mm	Conector tipo cunha variação principal 25 mm secundár ia 10 mm	UND				1.500	11,3700	17.055,0000
121	14723	5510/479 608	Conector tipo cunha variação principal 25mm secundár ia 1,5mm	Conector tipo cunha variação principal 25mm secundár ia 1,5mm	UND				1.500	6,6400	9.960,0000
122	5517	5510/334 088	CONECT OR TIPO CUNHA VARIAC ÃO PRINCIP AL 25MM SECUND ÁRIA 2,5MM	CONECT OR TIPO CUNHA VARIAC ÃO PRINCIP AL 25MM SECUND ÁRIA 2,5MM	UND				330	7,8900	2.603,7000
123	14675	5510/314 216	Corante líquido 50ml	Corante líquido 50ml	UND				252	8,4000	2.116,8000
124	30608	5510	CORDA TRANÇA DA PET 10,0 MM	CORDA TRANÇA DA PET 10,0 MM	M				912	1,7700	1.614,2400
125	13677	5510	Cruzeta de pvc	Cruzeta de pvc	UND				160	180,6500	28.904,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			para tubo PBA de 100mm	para tubo PBA de 100mm							
126	13675	5510	Cruzeta de pvc para tubo PBA de 60mm	Cruzeta de pvc para tubo PBA de 60mm	UND				181	90,8200	16.438,4200
127	13676	5510/362 254	Cruzeta de pvc para tubo PBA de 75mm	Cruzeta de pvc para tubo PBA de 75mm	UND				175	169,4400	29.652,0000
128	32460	5510/236 995	Curva 90° soldável 60mm	Curva 90° soldável 60mm	UND				528	25,1800	13.295,0400
129	13658	5510/236 993	Curva 90° curta p/esgoto 100mm	Curva 90° curta p/esgoto 100mm	UND				222	21,0800	4.679,7600
130	13659	5510/236 994	Curva 90° curta p/esgoto 40mm	Curva 90° curta p/esgoto 40mm	UND				207	5,0200	1.039,1400
131	13660	5510/236 994	Curva 90° curta p/esgoto 50mm	Curva 90° curta p/esgoto 50mm	UND				215	6,3800	1.371,7000
132	13661	5510/390 470	Curva 90° curta p/esgoto 75mm	Curva 90° curta p/esgoto 75mm	UND				210	20,3100	4.265,1000
133	13662	5510/346 268	Curva 90° longa p/esgoto 100mm	Curva 90° longa p/esgoto 100mm	UND				406	32,6800	13.268,0800
134	13663	5510/462 335	Curva 90° longa p/esgoto 150mm	Curva 90° longa p/esgoto 150mm	UND				351	80,6200	28.297,6200
135	13664	5510/374 804	Curva 90° longa	Curva 90° longa	UND				2.350	6,8900	16.191,5000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			p/esgoto 40mm	p/esgoto 40mm							
136	13665	5510/374 804	Curva 90° longa p/esgoto 50mm	Curva 90° longa p/esgoto 50mm	UND				304	11,9300	3.626,7200
137	13666	5510/344 604	Curva 90° longa p/esgoto 75mm	Curva 90° longa p/esgoto 75mm	UND				310	24,0700	7.461,7000
138	13667	5510/455 986	Curva 90° soldavel 20mm	Curva 90° soldavel 20mm	UND				352	3,4100	1.200,3200
139	13668	5510/374 260	Curva 90° soldavel 25mm	Curva 90° soldavel 25mm	UND				426	3,4800	1.482,4800
140	16025	5510	CURVA 90° SOLDAV EL 32 MM	CURVA 90° SOLDAV EL 32 MM	UND				148	4,5700	676,3600
141	5507	5510	CURVA CURTA DE PVC PARA TUBO PBA DE 100MM	CURVA CURTA DE PVC PARA TUBO PBA DE 100MM	UND				172	87,7400	15.091,2800
142	13669	5510	Curva curta de pvc para tubo PBA de 60mm	Curva curta de pvc para tubo PBA de 60mm	UND				177	37,6000	6.655,2000
143	13672	5510/351 660	Curva curta de pvc para tubo PBA de 75mm	Curva curta de pvc para tubo PBA de 75mm	UND				182	72,7800	13.245,9600
144	14731	5510/408 740	Curva eletrodut o 180° 1	Curva eletrodut o 180° 1	UND				210	7,7200	1.621,2000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

145	13468	5510/469 284	Curva eletrodut o 90° 1 1/2	Curva eletrodut o 90° 1 1/2	UND				210	5,8400	1.226,4000
146	14727	5510/385 755	Curva eletrodut o 90° 1	Curva eletrodut o 90° 1	UND				210	4,8700	1.022,7000
147	14729	5510/458 349	Curva eletrodut o 90° 1/2	Curva eletrodut o 90° 1/2	UND				210	4,6300	972,3000
148	14730	5510	Curva eletrodut o 90° 3/4	Curva eletrodut o 90° 3/4	UND				210	4,1200	865,2000
149	5508	5510	CURVA LONGA DE PVC PARA TUBO PBA DE 100MM	CURVA LONGA DE PVC PARA TUBO PBA DE 100MM	UND				164	97,9600	16.065,4400
150	13673	5510	Curva longa de pvc para tubo PBA de 60mm	Curva longa de pvc para tubo PBA de 60mm	UND				202	31,5400	6.371,0800
151	13674	5510/296 200	Curva longa de pvc para tubo PBA de 75mm	Curva longa de pvc para tubo PBA de 75mm	UND				184	64,5000	11.868,0000
152	13565	5510/468 646	Desempe nadeira lisa de Aço dentada 12 x25cm	Desempe nadeira lisa de Aço dentada 12 x25cm	UND				35	20,9000	731,5000
153	13567	5510/261 317	Desempe nadeira lisa de madeira 15x25	Desempe nadeira lisa de madeira 15x25	UND				70	18,0400	1.262,8000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

154	13598	5510/378 933	Desingrip ante antiferrug em em spray 300ml	Desingrip ante antiferrug em em spray 300ml	UND				102	15,1600	1.546,3200
155	13568	5510/603 134	Disco de corte 12 x 1/8 x 1	Disco de corte 12 x 1/8 x 1	UND				630	14,7600	9.298,8000
156	13570	5510/376 675	Disco de lâmina para serra Circular - 7/14 x 48	Disco de lâmina para serra Circular - 7/14 x 48	UND				146	28,0300	4.092,3800
157	13569	5510/337 874	Disco diamanta do segment ado seco	Disco diamanta do segment ado seco	UND				110	26,0000	2.860,0000
158	13214	5510/452 700	DISJUNT OR BIPOLA R 30A	DISJUNT OR BIPOLA R 30A	UND				108	61,2700	6.617,1600
159	14737	5510/484 198	Disjuntor din unipolar 16A	Disjuntor din unipolar 16A	UND				94	14,3800	1.351,7200
160	14738	5510	Disjuntor din unipolar 32A	Disjuntor din unipolar 32A	UND				94	11,1400	1.047,1600
161	2320	5510	DISJUNT OR TRIPOL AR 30A	DISJUNT OR TRIPOL AR 30A	UND				108	64,0400	6.916,3200
162	14247	5510/484 199	DISJUNT OR TRIPOL AR 40A	DISJUNT OR TRIPOL AR 40A	UND				114	46,7700	5.331,7800
163	2321	5510/484 200	DISJUNT OR TRIPOL	DISJUNT OR TRIPOL	UND				114	45,8000	5.221,2000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			AR 50A	AR 50A							
164	2322	5510	DISJUNT OR TRIPOL AR 70A	DISJUNT OR TRIPOL AR 70A	UND				114	64,9000	7.398,6000
165	2323	5510	DISJUNT OR TRIPOL AR 90A	DISJUNT OR TRIPOL AR 90A	UND				104	103,2400	10.736,9600
166	14739	5510/484 194	Disjuntor unipolar 10A	Disjuntor unipolar 10A	UND				95	9,3900	892,0500
167	14740	5510	Disjuntor unipolar 15A	Disjuntor unipolar 15A	UND				97	7,7200	748,8400
168	14248	5510/484 195	DISJUNT OR UNIPOL AR 20A	DISJUNT OR UNIPOL AR 20A	UND				97	9,5200	923,4400
169	14741	5510/484 197	Disjuntor unipolar 25A	Disjuntor unipolar 25A	UND				105	10,6600	1.119,3000
170	14742	5510	Disjuntor unipolar 30A	Disjuntor unipolar 30A	UND				115	19,0300	2.188,4500
171	14246	5510/616 752	DISJUNT OR UNIPOL AR 40A	DISJUNT OR UNIPOL AR 40A	UND				105	11,7300	1.231,6500
172	14743	5510	Disjuntor unipolar 50A	Disjuntor unipolar 50A	UND				85	9,3400	793,9000
173	14744	5510	Disjuntor unipolar 70A	Disjuntor unipolar 70A	UND				85	12,4300	1.056,5500
174	21901	5510/473 176	Dobradiç a zincada 3 1/2	Dobradiç a zincada 3 1/2	UND				577	5,0000	2.885,0000
175	13678	5510/336 860	Ducha higiênica plástica	Ducha higiênica plástica	UND				90	82,8200	7.453,8000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			sem registro	sem registro							
176	21885	5510/473 393	Eletrodut o corr. 20mm PVC c/50m	Eletrodut o corr. 20mm PVC c/50m	ROL				270	57,3100	15.473,7000
177	25897	5510/614 373	Eletrodut o corr. 25mm PVC c/ 50m	Eletrodut o corr. 25mm PVC c/ 50m	ROL				202	77,6100	15.677,2200
178	32429	5510/614 377	Eletrodut o roscável 1 x 3m	Eletrodut o roscável 1 x 3m	UND				380	13,9400	5.297,2000
179	32431	5510/394 407	Eletrodut o roscável 1.1/2 x 3m	Eletrodut o roscável 1.1/2 x 3m	UND				620	36,3300	22.524,6000
180	32430	5510/408 745	Eletrodut o roscável 3/4 x 3m	Eletrodut o roscável 3/4 x 3m	UND				380	14,7000	5.586,0000
181	13679	5510/394 405	Engate flexível 30cm x 1/2	Engate flexível 30cm x 1/2	UND				520	12,5300	6.515,6000
182	13680	5510/397 063	Engate flexível 40cm x 1/2	Engate flexível 40cm x 1/2	UND				500	15,6600	7.830,0000
183	13681	5510/390 767	Engate flexível 50cm x 1/2	Engate flexível 50cm x 1/2	UND				606	10,0700	6.102,4200
184	25898	5510/355 256	Enxada larga 2,5 com cabo 1,5m	Enxada larga 2,5 com cabo 1,5m	UND				545	50,2200	27.369,9000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

185	14677	5510/321 669	Esmalte brilho premium galão 3,6	Esmalte brilho premium galão 3,6	GAL				416	80,0200	33.288,3200
186	2293	5510/234 805	ESMALT E PREMIU M ACETIN ADO GALÃO 3,6	ESMALT E PREMIU M ACETIN ADO GALÃO 3,6	GAL				490	106,3400	52.106,6000
187	13464	5510/247 702	Espátula de aço 10cm	Espátula de aço 10cm	UND				150	7,2800	1.092,0000
188	2294	5510/441 431	ESPÁTU LA DE AÇO 6 CM	ESPÁTU LA DE AÇO 6 CM	UND				121	5,0500	611,0500
189	13682	5510/449 541	Espude p/vaso sanitário	Espude p/vaso sanitário	UND				227	5,2600	1.194,0200
190	13489	5510/427 059	Estronca de madeira com 3m	Estronca de madeira com 3m	UND				500	16,4300	8.215,0000
191	13580	5510/471 827	Estroven ga Leve	Estroven ga Leve	UND				70	38,1000	2.667,0000
192	13581	5510/354 950	Facão mato 18	Facão mato 18	UND				47	16,1000	756,7000
193	13582	5510/452 373	Facão mato 20	Facão mato 20	UND				72	14,2600	1.026,7200
194	30612	5510/215 173	FACÃO TERÇAD O 21	FACÃO TERÇAD O 21	UND				35	68,1000	2.383,5000
195	13583	5510/444 084	Fechadur a crom externa	Fechadur a crom externa	UND				554	56,1700	31.118,1800
196	13584	5510/406 257	Fechadur a crom interna	Fechadur a crom interna	UND				404	38,9200	15.723,6800



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

197	13585	5510/354 740	Ferrolho chato zincado 450 x 4	Ferrolho chato zincado 450 x 4	UND				680	10,4400	7.099,2000
198	2325	5510	FIO SOLIDO 1,5 MM	FIO SOLIDO 1,5 MM	M				8.866	1,0600	9.397,9600
199	2326	5510/484 421	FIO SOLIDO 2,5MM	FIO SOLIDO 2,5MM	M				8.850	1,5200	13.452,0000
200	28316	5510/475 961	Fio sólido 4,0 mm	Fio sólido 4,0 mm	M				8.850	3,1600	27.966,0000
201	13589	5510/475 639	Fita crepe 24 x 50	Fita crepe 24 x 50	UND				349	8,4800	2.959,5200
202	14752	5510/323 863	Fita de auto fusão 10m	Fita de auto fusão 10m	UND				280	14,4900	4.057,2000
203	2327	5510/454 251	FITA ISOLAN TE 20M	FITA ISOLAN TE 20M	UND				424	9,5400	4.044,9600
204	13027	5510/419 864	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	UND				312	4,5700	1.425,8400
205	25899	5510/389 509	Fita zebrada 200m X 70mm	Fita zebrada 200m X 70mm	UND				1.000	21,7300	21.730,0000
206	30613	5510/481 049	FOICE ROÇAD EIRA COM CABO 1,20 M	FOICE ROÇAD EIRA COM CABO 1,20 M	UND				57	57,3800	3.270,6600
207	13492	5510/216 741	Forma p/ tapume (madeirit) 2,20 x 1,10 esp. 05mm	Forma p/ tapume (madeirit) 2,20 x 1,10 esp. 05mm	UND				220	82,9500	18.249,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

208	13493	5510	Forma p/ tapume (madeirit) 2,20 x 1,10 esp. 09mm	Forma p/ tapume (madeirit) 2,20 x 1,10 esp. 09mm	UND				220	110,0400	24.208,8000
209	13494	5510	Forma p/ tapume (madeirit) 2,20 x 1,10 esp. 11mm	Forma p/ tapume (madeirit) 2,20 x 1,10 esp. 11mm	UND				210	126,7500	26.617,5000
210	13495	5510	Forma p/ tapume (madeirit) 2,20 x 1,10 esp. 14mm	Forma p/ tapume (madeirit) 2,20 x 1,10 esp. 14mm	UND				210	94,5700	19.859,7000
211	14754	5510/248 528	Grampo miguelão branco	Grampo miguelão branco	UND				2.410	0,5500	1.325,5000
212	32417	5510/340 616	Grampo p/ cerca galvaniza do 19x11	Grampo p/ cerca galvaniza do 19x11	KG				500	20,8200	10.410,0000
213	2295	5510/332 854	IMPERM EABILIZ ANTE 18 LT	IMPERM EABILIZ ANTE 18 LT	UND				185	161,8000	29.933,0000
214	14756	5510/260 946	Interrupto r simples+t omada universal	Interrupto r simples+t omada universal	UND				394	9,7300	3.833,6200
215	13217	5510/423 823	INTERR UPTOR TRIPLO SIMPLE S	INTERR UPTOR TRIPLO SIMPLE S	UND				370	10,0200	3.707,4000
216	5509	5510/436 342	JOELHO 45° ESGOT O	JOELHO 45° ESGOT O	UND				414	7,4900	3.100,8600



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			100MM	100MM							
217	13683	5510/351 452	Joelho 45° esgoto 150mm	Joelho 45° esgoto 150mm	UND				414	35,3400	14.630,7600
218	13684	5510/399 060	Joelho 45° esgoto 40mm	Joelho 45° esgoto 40mm	UND				516	3,8500	1.986,6000
219	13685	5510/351 454	Joelho 45° esgoto 50mm	Joelho 45° esgoto 50mm	UND				516	5,1500	2.657,4000
220	13686	5510/452 726	Joelho 45° esgoto 75mm	Joelho 45° esgoto 75mm	UND				414	9,1400	3.783,9600
221	28326	5510/351 456	Joelho 90° soldável 60mm	Joelho 90° soldável 60mm	UND				710	9,2600	6.574,6000
222	5511	5510/258 348	JOELHO 90° ESGOT O 100MM	JOELHO 90° ESGOT O 100MM	UND				410	10,8900	4.464,9000
223	13691	5510/351 457	Joelho 90° esgoto 150mm	Joelho 90° esgoto 150mm	UND				310	29,8000	9.238,0000
224	13692	5510/351 458	Joelho 90° esgoto 40mm	Joelho 90° esgoto 40mm	UND				510	1,2200	622,2000
225	13693	5510/351 460	Joelho 90° esgoto 50mm	Joelho 90° esgoto 50mm	UND				514	2,5300	1.300,4200
226	13694	5510/351 461	Joelho 90° esgoto 75mm	Joelho 90° esgoto 75mm	UND				514	5,7500	2.955,5000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

227	13687	5510/351 462	Joelho 90° soldável 20mm	Joelho 90° soldável 20mm	UND				3.376	0,5700	1.924,3200
228	13688	5510/469 364	Joelho 90° soldável 25mm	Joelho 90° soldável 25mm	UND				1.368	0,7300	998,6400
229	13689	5510/469 365	Joelho 90° soldável 32mm	Joelho 90° soldável 32mm	UND				1.282	1,6900	2.166,5800
230	13690	5510/469 366	Joelho 90° soldável 50mm	Joelho 90° soldável 50mm	UND				770	4,4200	3.403,4000
231	19737	5510/469 361	Jogo de broca aço rápido 1 a 13mm com 25pçs p/ metal, c/ caixa p/ acomoda ção, nas seuintes medidas 1,0 - 1,5 - 2,0 - 2,5	Jogo de broca aço rápido 1 a 13mm com 25pçs p/ metal, c/ caixa p/ acomoda ção, nas seuintes medidas 1,0 - 1,5 - 2,0 - 2,5 - 2,0 - 2,5 - 2,5 - 3,0 - 3,5 - 4,0 - 4,5 - 5,0 - 5,5 - 6,0 - 6,5 - 7,0 - 7,5 - 8,0 - 8,5 - 9,0 - 9,5 - 10,0 - 10,5 -	UND				46	255,5500	11.755,3000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

				11,0 - 11,5 - 12,0 - 12,5 - 13,0 mm							
232	14757	5510/422 013	Jogo porta lâmpada fluoresc. + porta starter	Jogo porta lâmpada fluoresc. + porta starter	UND				400	5,3100	2.124,0000
233	32461	5510/350 762	Junção de PVC para tubo PBA de 60mm	Junção de PVC para tubo PBA de 60mm	UND				260	47,6900	12.399,4000
234	32462	5510	Junção de PVC para tubo PBA de 75mm	Junção de PVC para tubo PBA de 75mm	UND				200	64,2000	12.840,0000
235	5512	5510	JUNÇÃO ESGOT O 100MM	JUNÇÃO ESGOT O 100MM	UND				374	18,0300	6.743,2200
236	13695	5510/606 619	Junção esgoto 40mm	Junção esgoto 40mm	UND				670	3,2200	2.157,4000
237	13696	5510/366 829	Junção esgoto 50mm	Junção esgoto 50mm	UND				664	7,1400	4.740,9600
238	13697	5510	Junção esgoto 75mm	Junção esgoto 75mm	UND				362	7,5900	2.747,5800
239	13461	5510	Laje pré moldada	Laje pré moldada	M²	900	505,0000	300	1.200	149,8800	179.856,0000
240	19738	5510/319 878	Lâmina serra bi- metal 18 dentes	Lâmina serra bi- metal 18 dentes	UND				1.075	8,6900	9.341,7500



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

241	30619	5510/423 673	LAMPAD A DE LED BULBO 20W BIVOLT E-27	LAMPAD A DE LED BULBO 20W BIVOLT E-27	UND				1.800	18,2600	32.868,0000
242	14765	5510/440 827	Lâmpada halogena 500w - 127v	Lâmpada halogena 500w - 127v	UND				36	16,9200	609,1200
243	14767	5510/341 610	Lâmpada mista 250w - 220v	Lâmpada mista 250w - 220v	UND				585	35,6700	20.866,9500
244	13595	5510/390 251	Lápis carpinteir o	Lápis carpinteir o	UND				110	3,1000	341,0000
245	32474	5510/316 333	Látex PVA premium galão 18	Látex PVA premium galão 18	UND				256	307,9700	78.840,3200
246	32473	5510/283 308	Látex PVA premium galão 3,6	Látex PVA premium galão 3,6	UND				250	75,8200	18.955,0000
247	13596	5510/283 308	Lima chata murca 8	Lima chata murca 8	UND				81	24,0300	1.946,4300
248	13597	5510/234 002	Linha p/ pedreiro 100m	Linha p/ pedreiro 100m	UND				111	7,7000	854,7000
249	5571	5510/262 706	LIXA P/ FERRO 100	LIXA P/ FERRO 100	UND				700	3,0300	2.121,0000
250	5572	5510/385 146	LIXA P/ FERRO 120	LIXA P/ FERRO 120	UND				500	2,7700	1.385,0000
251	5573	5350/385 141	LIXA P/ FERRO 40	LIXA P/ FERRO 40	UND				300	2,3000	690,0000
252	5574	5350/385 144	LIXA P/ FERRO	LIXA P/ FERRO	UND				300	2,4300	729,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			50	50							
253	5575	5350/385 145	LIXA P/ FERRO 80	LIXA P/ FERRO 80	UND				300	3,2900	987,0000
254	5576	5350/385 142	LIXA P/ MASSA 100	LIXA P/ MASSA 100	UND				1.400	1,0700	1.498,0000
255	5577	5350/360 704	LIXA P/ MASSA 120	LIXA P/ MASSA 120	UND				1.400	1,0100	1.414,0000
256	5578	5350/360 700	LIXA P/ MASSA 150	LIXA P/ MASSA 150	UND				1.400	0,4900	686,0000
257	5579	5350/360 705	LIXA P/ MASSA 60	LIXA P/ MASSA 60	UND				1.300	0,5800	754,0000
258	5580	5350/360 706	LIXA P/ MASSA 80	LIXA P/ MASSA 80	UND				1.300	0,6500	845,0000
259	5840	5350/360 701	LUMINÁ RIA ABERTA LP - 270 ENCAIX E 25MM BOCAL E - 27	LUMINÁ RIA ABERTA LP - 270 ENCAIX E 25MM BOCAL E - 27	UND	2.255	506,0000	751	3.006	45,7900	137.644,7400
260	5841	5350/602 245	LUMINÁ RIA ABERTA LP - 271/40 ENCAIX E 33MM BOCAL E-40	LUMINÁ RIA ABERTA LP - 271/40 ENCAIX E 33MM BOCAL E-40	UND				800	93,4400	74.752,0000
261	32445	5350/338 191	Luminári a aberta toda em liga de alumínio fundido, com	Luminári a aberta toda em liga de alumínio fundido, com	UND				60	588,4400	35.306,4000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			alojamen to individual . Encaixe: 63mm dimensã o (mm): Raio= 730	alojamen to individual . Encaixe: 63mm dimensã o (mm): Raio= 730 modelo LP32/3 3 pétalas com bocal E- 40..							
262	13900	5350/447 016	Luminári a aberta toda em liga de alumínio fundido, com alojamen to individual . Encaixe: 63mm Dimensã o (mm): raio= 730 mo	Luminári a aberta toda em liga de alumínio fundido, com alojamen to individual . Encaixe: 63mm Dimensã o (mm): raio= 730 modelo LP32/4 4 pétalas com bocal E- 40	UND				60	702,3100	42.138,6000
263	13698	5350/389 641	Luva de correr esgoto 100mm	Luva de correr esgoto 100mm	UND				290	19,3300	5.605,7000
264	13699	5350/248	Luva de	Luva de	UND				290	11,9900	3.477,1000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

		910	correr esgoto 50mm	correr esgoto 50mm							
265	5513	5350/253 676	LUVA DE CORRE R ESGOT O 75MM	LUVA DE CORRE R ESGOT O 75MM	UND				230	14,1400	3.252,2000
266	13707	5350/302 809	Luva de correr PVC para tubo PBA de 100mm	Luva de correr PVC para tubo PBA de 100mm	UND				160	90,6500	14.504,0000
267	13705	5350/302 803	Luva de correr PVC para tubo PBA de 60mm	Luva de correr PVC para tubo PBA de 60mm	UND				262	34,8300	9.125,4600
268	13706	5350/302 806	Luva de correr PVC para tubo PBA de 75mm	Luva de correr PVC para tubo PBA de 75mm	UND				212	54,0100	11.450,1200
269	21890	5350/616 790	Luva dupla de compres são 20mm	Luva dupla de compres são 20mm	UND				2.090	20,3300	42.489,7000
270	14773	5975/469 283	Luva eletrodot o 1	Luva eletrodot o 1	UND				505	2,0500	1.035,2500
271	14774	5975/336 364	Luva eletrodot o 1.1/2	Luva eletrodot o 1.1/2	UND				355	2,4600	873,3000
272	14775	5975/381 246	Luva eletrodot o 1/2	Luva eletrodot o 1/2	UND				315	1,3900	437,8500
273	14776	5975/365 633	Luva eletrodot o 3/4	Luva eletrodot o 3/4	UND				430	1,5900	683,7000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

274	19001	5975/355 690	Luva Látex Nítrilica verde	Luva Látex Nítrilica verde	UND				120	7,4500	894,0000
275	13700	5975/296 083	Luva soldavel 20mm	Luva soldavel 20mm	UND				524	0,4600	241,0400
276	13701	5975/407 295	Luva soldavel 25mm	Luva soldavel 25mm	UND				520	0,4100	213,2000
277	13702	5975/265 040	Luva soldavel 32mm	Luva soldavel 32mm	UND				520	0,7900	410,8000
278	13703	5975/616 552	Luva soldavel 40mm	Luva soldavel 40mm	UND				520	3,5200	1.830,4000
279	13704	5975/302 632	Luva soldavel 50mm	Luva soldavel 50mm	UND				520	3,7500	1.950,0000
280	32464	5975/265 037	Luva soldável 60mm	Luva soldável 60mm	UND				524	14,8300	7.770,9200
281	19004	5975/355 664	Luva tricotada de algodão	Luva tricotada de algodão	UND				210	14,1300	2.967,3000
282	19007	5975/477 578	Luvras de jardinage m	Luvras de jardinage m	UND				70	6,5800	460,6000
283	13599	5975/360 827	Machado lenhador c/ cabo 3,5	Machado lenhador c/ cabo 3,5	UND				26	123,0000	3.198,0000
284	19008	5975/329 425	Machado soldado	Machado soldado	UND				60	77,1200	4.627,2000
285	32418	5975/214 128	Mangueir a flex em PVC com 3 camadas verde.	Mangueir a flex em PVC com 3 camadas verde.	M				1.119	5,1500	5.762,8500
286	28333	5975/600 555	Mangueir a	Mangueir a	M				1.417	10,7800	15.275,2600



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			trançada 1	trançada 1							
287	13603	5975/436 827	Mangueir a trançada 1/2	Mangueir a trançada 1/2	M				1.512	6,0100	9.087,1200
288	13604	5975/455 722	Mangueir a trançada 3/4	Mangueir a trançada 3/4	M				1.415	12,2600	17.347,9000
289	5912	5120/237 399	MARTEL O BÁSICO 25MM	MARTEL O BÁSICO 25MM	UND				69	30,3300	2.092,7700
290	5913	5120/341 794	MARTEL O BÁSICO 27MM	MARTEL O BÁSICO 27MM	UND				61	31,6100	1.928,2100
291	5914	5120/422 708	MARTEL O CACETE IRO C/ CABO	MARTEL O CACETE IRO C/ CABO	UND				62	36,9800	2.292,7600
292	5581	5975/243 569	MASSA ACRÍLIC A GALÃO 3,6	MASSA ACRÍLIC A GALÃO 3,6	GAL				321	34,7400	11.151,5400
293	5582	5975/243 569	MASSA ACRÍLIC A LATÃO 18L	MASSA ACRÍLIC A LATÃO 18L	LT				360	220,9500	79.542,0000
294	28334	5975/284 191	Massa corrida PVA 18L	Massa corrida PVA 18L	UND				360	55,1200	19.843,2000
295	5583	5975/307 559	MASSA CORRID A PVA 3,6 L	MASSA CORRID A PVA 3,6 L	GAL				350	22,4000	7.840,0000
296	13499	5510/461 204	Massara nduba serrada em	Massara nduba serrada em	UND	3.135	507,0000	1.045	4.180	55,6600	232.658,8000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			caibros com 5m 3,0 x 5,0cm	caibros com 5m 3,0 x 5,0cm							
297	13500	5510	Massara nduba serrada em ripas com 5m 1,2 x 5,0cm	Massara nduba serrada em ripas com 5m 1,2 x 5,0cm	UND	2.738	508,0000	912	3.650	24,1000	87.965,0000
298	13497	5510	Massara nduba serrada em vigas 10 X 5 com 5m	Massara nduba serrada em vigas 10 X 5 com 5m	UND	1.140	509,0000	380	1.520	197,5800	300.321,6000
299	13496	5510	Massara nduba serrada em vigas 8 X 5 com 5m	Massara nduba serrada em vigas 8 X 5 com 5m	UND	1.043	510,0000	347	1.390	151,6500	210.793,5000
300	14660	5510/483 181	Meio fio 1,00m	Meio fio 1,00m	UND	15.480	511,0000	5.160	20.640	29,3000	604.752,0000
301	13609	5510/259 173	Metro de madeira 2mt	Metro de madeira 2mt	UND				275	48,7500	13.406,2500
302	13708	4730/262 457	Nípel roscavel 1/2	Nípel roscavel 1/2	UND				110	1,9300	212,3000
303	13709	4730/334 009	Nípel roscavel 3/4	Nípel roscavel 3/4	UND				110	2,3200	255,2000
304	13712	4730287 433	Nípel roscavel de 2	Nípel roscavel de 2	UND				110	6,5100	716,1000
305	13711	4730/334 010	Nípel roscavel de 1 1/2	Nípel roscavel de 1 1/2	UND				110	8,3000	913,0000
306	13710	4730/334 012	Nípel roscavel de 1	Nípel roscavel de 1	UND				110	4,4500	489,5000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

307	30628	5120/438 123	NYLON PARA ROÇAD EIRA 3MM C/ 312M	NYLON PARA ROÇAD EIRA 3MM C/ 312M	UND				50	343,2800	17.164,0000
308	13043	5120/483 248	PÁ DE BICO C/ CABO Nº 3	PÁ DE BICO C/ CABO Nº 3	UND				308	44,4300	13.684,4400
309	19017	5120/449 366	Pá de Jardineir a	Pá de Jardineir a	UND				46	58,4200	2.687,3200
310	13046	5120/405 532	PÁ QUADR ADA C/ CABO Nº 3	PÁ QUADR ADA C/ CABO Nº 3	UND				300	42,2100	12.663,0000
311	13047	5120/405 532	PÁ QUADR ADA C/ CABO Nº 4	PÁ QUADR ADA C/ CABO Nº 4	UND				235	59,4800	13.977,8000
312	19018	5120/449 366	Pá transplan tar	Pá transplan tar	UND				33	28,2200	931,2600
313	21911	4510	Parafuso francês 1/4 x 2.5	Parafuso francês 1/4 x 2.5	UND				1.500	0,8700	1.305,0000
314	21909	4510	Parafuso francês 1/4 x 3	Parafuso francês 1/4 x 3	UND				1.500	1,0800	1.620,0000
315	21910	4510'	Parafuso francês 5/16 x 2.5	Parafuso francês 5/16 x 2.5	UND				500	1,1900	595,0000
316	13614	4510	Parafuso madeira 3.8 x 20	Parafuso madeira 3.8 x 20	UND				1.000	0,1100	110,0000
317	13713	4510/374 304	Parafuso p/ vaso sanitário 8PP	Parafuso p/ vaso sanitário 8PP	UND				378	2,2300	842,9400



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			latão	latão							
318	14661	5510	Paralelepípedo	Paralelepípedo	UND	60.000	512,0000	20.000	80.000	2,0600	164.800,0000
319	5853	5510/601216	PEDRA CALCÁREOA	PEDRA CALCÁREOA	M³	900	513,0000	300	1.200	108,0700	129.684,0000
320	32465	4510/349818	Pia de louça com coluna	Pia de louça com coluna	UND				89	203,8200	18.139,9800
321	32466	4510/481479	Pia inox 01 lavatório 1,20m	Pia inox 01 lavatório 1,20m	UND				65	176,5500	11.475,7500
322	32467	4510/481482	Pia inox 02 lavatório	Pia inox 02 lavatório	UND				50	364,0000	18.200,0000
323	13048	5510/603268	PICARETA ALVIÃO	PICARETA ALVIÃO	UND				234	56,6300	13.251,4200
324	14779	5510/10739	Pino fêmea	Pino fêmea	UND				830	3,6700	3.046,1000
325	13716	5935/236936	Plug roscavel de 1	Plug roscavel de 1	UND				214	2,1600	462,2400
326	13714	5935/239035	Plug roscavel de 1/2	Plug roscavel de 1/2	UND				214	1,3800	295,3200
327	13715	5935/239036	Plug roscavel de 3/4	Plug roscavel de 3/4	UND				455	1,8500	841,7500
328	13615	5935/407759	Pneu 3,25-8 duas lonas	Pneu 3,25-8 duas lonas	UND				190	44,8400	8.519,6000
329	32422	5935/485985	Porca 1/2	Porca 1/2	UND				900	0,6800	612,0000
330	32419	5935/485986	Porca 3/8	Porca 3/8	UND				710	0,4900	347,9000
331	32421	5935/600303	Porca 5/16	Porca 5/16	UND				800	0,5000	400,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

332	17824	5935/365 557	PORCA 5/8	PORCA 5/8	UND				800	1,6500	1.320,0000
333	13505	5935/263 118	Porta almofada 2,10 x 0,70	Porta almofada 2,10 x 0,70	UND	270	514,0000	90	360	503,5300	181.270,8000
334	13504	5935/404 291	Porta almofada 2,10 x 0,80	Porta almofada 2,10 x 0,80	UND	270	515,0000	90	360	405,8300	146.098,8000
335	13617	5935/600 871	Porta cadeado 2 1/2	Porta cadeado 2 1/2	UND				204	5,8600	1.195,4400
336	13618	5935/480 495	Porta cadeado 3 1/2	Porta cadeado 3 1/2	UND				168	5,8700	986,1600
337	13619	5935/217 178	Porta cadeado 4 1/2	Porta cadeado 4 1/2	UND				168	7,2800	1.223,0400
338	13509	5935/465 516	Porta compens ado 2,10 x 0,60 x 30	Porta compens ado 2,10 x 0,60 x 30	UND	225	516,0000	75	300	333,5700	100.071,0000
339	19752	5935/483 265	Porta compens ado 2,10 x 0,90 x 30	Porta compens ado 2,10 x 0,90 x 30	UND	263	517,0000	87	350	334,2800	116.998,0000
340	13506	5935/465 517	Porta de calha 2,10 x 0,80	Porta de calha 2,10 x 0,80	UND	229	518,0000	76	305	321,5400	98.069,7000
341	24125	5935/443 888	Poste de cimento p cerca	Poste de cimento p cerca	UND	1.493	519,0000	497	1.990	87,9300	174.980,7000
342	13033	5935/262 422	PREGO COM CABEÇA 1 1/2 X 12	PREGO COM CABEÇA 1 1/2 X 12	KG				1.120	23,7600	26.611,2000
343	13034	5935/343 980	PREGO COM	PREGO COM	KG				990	26,8000	26.532,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			CABEÇA 1 1/2 X 13	CABEÇA 1 1/2 X 13							
344	13035	5935/376 942	PREGO COM CABEÇA 2 1/2 X 10	PREGO COM CABEÇA 2 1/2 X 10	KG				860	20,0500	17.243,0000
345	13037	5935/262 510	PREGO COM CABEÇA 2 X 12	PREGO COM CABEÇA 2 X 12	KG				775	20,8000	16.120,0000
346	13621	5935/444 584	Prego com cabeça 3 x 10	Prego com cabeça 3 x 10	KG				740	22,1600	16.398,4000
347	19753	5935/231 314	Pulveriza dor costal 20L	Pulveriza dor costal 20L	UND				32	352,7200	11.287,0400
348	13717	5935/280 957	Ralo sifonado 100 x 100 x 53 x 40	Ralo sifonado 100 x 100 x 53 x 40	UND				304	11,3700	3.456,4800
349	13623	5935/433 618	Rebitador manual tipo alicate com 4 pontas	Rebitado r manual tipo alicate com 4 pontas	UND				32	22,6300	724,1600
350	21891	5935/486 503	Rebite de aluminio 306'	Rebite de aluminio 306'	UND				2.010	0,4600	924,6000
351	21892	5935/269 710	Rebite de aluminio 419'	Rebite de aluminio 419'	UND				2.010	0,7600	1.527,6000
352	21893	5935/269 710	Rebite de aluminio 519	Rebite de aluminio 519	UND				2.010	0,1100	221,1000
353	21894	5935/269 710	Rebite de aluminio 619	Rebite de aluminio 619	UND				2.010	0,3900	783,9000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

354	21895	5935/269 710	Rebite de aluminio 625	Rebite de aluminio 625	UND				2.010	0,5600	1.125,6000
355	21896	5935/269 710	Rebite de aluminio 635	Rebite de aluminio 635	UND				2.010	0,3800	763,8000
356	13718	5935/269 710	Redução esgoto EXC. 100 x 50mm	Redução esgoto EXC. 100 x 50mm	UND				432	10,6200	4.587,8400
357	13719	5935/390 390	Redução esgoto EXC. 100 x 75mm	Redução esgoto EXC. 100 x 75mm	UND				432	13,1100	5.663,5200
358	13720	5935/380 851	Redução esgoto EXC. 75 x 50mm	Redução esgoto EXC. 75 x 50mm	UND				490	8,4200	4.125,8000
359	19020	5935/351 387	Regador	Regador	UND				121	22,3300	2.701,9300
360	13724	5935/355 376	Registro esfera metal de 2	Registro esfera metal de 2	UND				150	145,6800	21.852,0000
361	32468	5935/240 625	Registro esfera metal de 1 1/2	Registro esfera metal de 1 1/2	UND				150	96,4600	14.469,0000
362	13723	5935/468 593	Registro esfera metal de 1	Registro esfera metal de 1	UND				152	54,6900	8.312,8800
363	13721	5935/299 617	Registro esfera metal de 1/2	Registro esfera metal de 1/2	UND				282	29,6400	8.358,4800
364	13722	5935	Registro esfera metal de 3/4	Registro esfera metal de 3/4	UND				192	28,2500	5.424,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

365	13728	5935/356 060	Registro gaveta metal de 1 1/2	Registro gaveta metal de 1 1/2	UND				150	96,2300	14.434,5000
366	13727	5935/265 074	Registro gaveta metal de 1	Registro gaveta metal de 1	UND				150	43,6900	6.553,5000
367	13729	5935/265 075	Registro gaveta metal de 2	Registro gaveta metal de 2	UND				150	138,3000	20.745,0000
368	13725	5935/265 076	Registro gaveta metal de 1/2	Registro gaveta metal de 1/2	UND				170	38,2500	6.502,5000
369	13726	5935/295 614	Registro gaveta metal de 3/4	Registro gaveta metal de 3/4	UND				170	40,6700	6.913,9000
370	13732	5935/273 749	Registro pressão metal de 1	Registro pressão metal de 1	UND				152	66,8700	10.164,2400
371	13730	5935/265 070	Registro pressão metal de 1/2	Registro pressão metal de 1/2	UND				152	28,8300	4.382,1600
372	13731	5935/441 522	Registro pressão metal de 3/4	Registro pressão metal de 3/4	UND				152	35,8200	5.444,6400
373	14679	5935/299 632	Rejunte 1kg	Rejunte 1kg	UND				610	8,7600	5.343,6000
374	14790	5935/466 764	Relé temporiz ador 6 horas	Relé temporiz ador 6 horas	UND				110	94,0000	10.340,0000
375	14791	5935/602 254	Roldana p/ armação 72 x 72mm	Roldana p/ armação 72 x 72mm	UND				263	11,1600	2.935,0800



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

376	2296	5935/364 805	ROLO DE ESPUMA 05 CM	ROLO DE ESPUMA 05 CM	UND				250	2,7100	677,5000
377	14680	5935/242 432	Rolo de espuma de 09cm	Rolo de espuma de 09cm	UND				280	5,1200	1.433,6000
378	14681	5935/397 728	Rolo de espuma de 15cm	Rolo de espuma de 15cm	UND				254	5,7700	1.465,5800
379	14682	5935/321 553	Rolo de espuma de 23cm	Rolo de espuma de 23cm	UND				256	13,3400	3.415,0400
380	14683	5935/306 093	Rolo de lã 15cm	Rolo de lã 15cm	UND				264	12,3700	3.265,6800
381	14684	5935/372 682	Rolo de lã 23cm	Rolo de lã 23cm	UND				466	29,4400	13.719,0400
382	14685	5935/306 094	Rolo de lã, anti gota de 9cm	Rolo de lã, anti gota de 9cm	UND				275	14,1600	3.894,0000
383	13630	5935	Sacho 2 pontas s/cabo	Sacho 2 pontas s/cabo	UND				112	24,5600	2.750,7200
384	14687	5935/313 879	Selador acrílico latão 18lt	Selador acrílico latão 18lt	LA				300	122,1300	36.639,0000
385	14686	5935/260 616	Selador acrílico latão 3,6lt	Selador acrílico latão 3,6lt	LA				260	29,5900	7.693,4000
386	13733	5935/260 616	Sifão universal sanfonad o	Sifão universal sanfonad o	UND				754	6,7700	5.104,5800
387	32475	5935/611 898	Suporte extensor para rolo de pintura	Suporte extensor para rolo de pintura	UND				100	34,3600	3.436,0000
388	13633	5935	Talhadeir a redonda	Talhadeir a redonda	UND				100	30,4200	3.042,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			10	10							
389	13634	5935/271 509	Talhadeira a redonda 12	Talhadeira a redonda 12	UND				60	26,0800	1.564,8000
390	19022	5935/251 611	Tampa para caixa d'água de polietilen o 10000L	Tampa para caixa d'água de polietilen o 10000L	UND				5	4.035,00 00	20.175,0000
391	32469	5935	Tampa para caixa d'água de polietilen o 20000L	Tampa para caixa d'água de polietilen o 20000L	UND				5	4.805,62 00	24.028,1000
392	19023	5935	Tampa para caixa d'água de polietilen o 5000L	Tampa para caixa d'água de polietilen o 10000L	UND				5	2.475,00 00	12.375,0000
393	13748	5935	Tê de PVC para tubo PBA de 100mm	Tê de PVC para tubo PBA de 100mm	UND				90	87,8300	7.904,7000
394	13746	5935/271 557	Tê de PVC para tubo PBA de 60mm	Tê de PVC para tubo PBA de 60mm	UND				130	67,2800	8.746,4000
395	13747	5935/390 469	Tê de PVC para tubo PBA de 75mm	Tê de PVC para tubo PBA de 75mm	UND				110	79,2400	8.716,4000
396	13734	5935/263 722	Te esgoto	Te esgoto	UND				646	10,4500	6.750,7000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			prim. 100mm	prim. 100mm							
397	13735	5935/441 797	Te esgoto prim. 150mm	Te esgoto prim. 150mm	UND				310	37,6400	11.668,4000
398	13736	5935/351 395	Te esgoto prim. 50mm	Te esgoto prim. 50mm	UND				616	6,7300	4.145,6800
399	13737	5935/351 398	Te esgoto secu. 40mm	Te esgoto secu. 40mm	UND				310	3,0000	930,0000
400	13738	5935/441 805	Te redução esgoto 75 x 50mm	Te redução esgoto 75 x 50mm	UND				210	7,6400	1.604,4000
401	13739	5935	Te redução soldável 25mm x 20mm	Te redução soldável 25mm x 20mm	UND				210	3,9300	825,3000
402	13740	5935	Te redução soldável 40mm x 32mm	Te redução soldável 40mm x 32mm	UND				245	7,5900	1.859,5500
403	13741	5935	Te soldavel 20mm	Te soldavel 20mm	UND				666	1,3600	905,7600
404	13742	5935/266 141	Te soldavel 25mm	Te soldavel 25mm	UND				664	1,8300	1.215,1200
405	13743	5935/441 903	Te soldavel 32mm	Te soldavel 32mm	UND				446	3,3500	1.494,1000
406	13744	5935453 306	Te soldavel 40mm	Te soldavel 40mm	UND				186	6,8900	1.281,5400
407	13745	5935/351 410	Te soldavel	Te soldavel	UND				216	6,9900	1.509,8400



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			50mm	50mm							
408	19025	5935/452 880	Tela de proteção multiuso malha 25mm x 1x5m verde	Tela de proteção multiuso malha 25mm x 1x5m verde	UND				110	283,0000	31.130,0000
409	19026	5935/251 801	Tela Q92- 2,45 x 6m	Tela Q92- 2,45 x 6m	UND				50	779,4500	38.972,5000
410	13462	5935/480 854	Telha cerâmica	Telha cerâmica	UND	48.000	520,0000	16.000	64.000	2,7800	177.920,0000
411	5504	5935/216 973	TELHA FIBROCI MENTO 1,53 X 1,10 X 5MM	TELHA FIBROCI MENTO 1,53 X 1,10 X 5MM	UND				1.120	46,3700	51.934,4000
412	32413	5935/261 511	Telha fibrocime nto 1,83 x 1,10 x 5mm	Telha fibrocime nto 1,83 x 1,10 x 5mm	UND	855	521,0000	285	1.140	74,0100	84.371,4000
413	14667	5935/237 553	Telha fibrocime nto 2,13 x 1,10 x 5mm	Telha fibrocime nto 2,13 x 1,10 x 5mm	UND	840	522,0000	280	1.120	85,0400	95.244,8000
414	14668	5935/237 549	Telha fibrocime nto 2,44 x 0,50 x 4mm	Telha fibrocime nto 2,44 x 0,50 x 4mm	UND				1.440	33,0000	47.520,0000
415	14669	5935/244 640	Telha fibrocime nto 2,44 x 1,10 x 5mm	Telha fibrocime nto 2,44 x 1,10 x 5mm	UND	1.065	523,0000	355	1.420	93,4100	132.642,2000
416	32423	5935/237 551	Tesoura p/ poda 18,5cm	Tesoura p/ poda 18,5cm	UND				130	29,1700	3.792,1000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

417	14688	5935/355 346	Textura acrílica 18lt	Textura acrílica 18lt	LA				426	66,5600	28.354,5600
418	5854	5935/255 637	TIJOLIN HO MACIÇO 16 X 8 X 3CM	TIJOLIN HO MACIÇO 16 X 8 X 3CM	UND				85.500	0,8900	76.095,0000
419	2299	5935	TINTA EM PÓ PACOTE 2KG	TINTA EM PÓ PACOTE 2KG	PCT				2.030	10,0200	20.340,6000
420	14690	5935/606 079	Tinta piso acrílico premium 3,6	Tinta piso acrílico premium 3,6	GAL				230	65,6000	15.088,0000
421	14691	5935/262 468	Tinta piso acrílico premium latão 18lt	Tinta piso acrílico premium latão 18lt	LA				190	249,8300	47.467,7000
422	2346	5935/262 468	TOMADA 2P + T	TOMADA 2P + T	UND				430	14,8700	6.394,1000
423	13218	5935/614 340	TOMADA 2P DUPLA	TOMADA 2P DUPLA	UND				340	8,7500	2.975,0000
424	13800	5935/614 339	TOMADA TRIFASI CA UNIVER SAL 2P+T	TOMADA TRIFASI CA UNIVER SAL 2P+T	UND				240	25,7300	6.175,2000
425	14797	5935/485 952	Tomada universal	Tomada universal	UND				249	4,4700	1.113,0300
426	14798	5935/485 953	Tomada universal c/ pl 4 x 2	Tomada universal c/ pl 4 x 2	UND				460	7,6300	3.509,8000
427	13801	5935/366 189	TOMADA UNIVER SAL TRIP.	TOMADA UNIVER SAL TRIP.	UND				395	9,7200	3.839,4000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			EXTERN A SISTEM A X	EXTERN A SISTEM A X							
428	13749	5935/319 406	Torneira bóia para caixa d'água 1/2	Torneira bóia para caixa d'água 1/2	UND				214	17,1100	3.661,5400
429	32470	5935/396 902	Torneira cabinho 18cm-1/2	Torneira cabinho 18cm-1/2	UND				374	13,2800	4.966,7200
430	13750	5935/450 288	Torneira jardim plástica 1/2	Torneira jardim plástica 1/2	UND				376	2,2200	834,7200
431	13751	5935/384 646	Torneira lavatório plástica 1/2	Torneira lavatório plástica 1/2	UND				366	8,6000	3.147,6000
432	32471	5935/320 505	Torneira pia curta 1/2	Torneira pia curta 1/2	UND				294	14,8700	4.371,7800
433	13752	5935/307 791	Torneira tanque 1/2 branca	Torneira tanque 1/2 branca	UND				334	3,6900	1.232,4600
434	13638	5935/320 506	Trena de aço 10mt	Trena de aço 10mt	UND				155	18,9300	2.934,1500
435	13636	5935/601 641	Trena de aço 3mt	Trena de aço 3mt	UND				60	12,8200	769,2000
436	13637	5935/232 464	Trena de aço 5mt	Trena de aço 5mt	UND				112	17,9000	2.004,8000
437	2297	5935/217 907	TRINCH A 1 1/2	TRINCH A 1 1/2	UND				236	6,1400	1.449,0400
438	2298	5935/290 380	TRINCH A 1	TRINCH A 1	UND				294	3,9000	1.146,6000
439	14692	5935/290 549	Trincha 2 1/2	Trincha 2 1/2	UND				306	9,6900	2.965,1400
440	14693	5935/467 558	Trincha 2	Trincha 2	UND				266	5,2100	1.385,8600
441	14694	5935/239 398	Trincha 3	Trincha 3	UND				224	13,2500	2.968,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

442	14695	5935/466 026	Trincha 4	Trincha 4	UND				304	16,1900	4.921,7600
443	13753	5935/229 438	Tubo água soldável 20mm/6 m	Tubo água soldável 20mm/6 m	UND				534	12,5600	6.707,0400
444	13754	5935/214 730	Tubo água soldável 25mm/6 m	Tubo água soldável 25mm/6 m	UND				490	18,9400	9.280,6000
445	13755	5935/214 731	Tubo água soldável 32mm/6 m	Tubo água soldável 32mm/6 m	UND				390	43,0600	16.793,4000
446	13756	5935/214 732	Tubo água soldável 40mm/6 m	Tubo água soldável 40mm/6 m	UND				340	72,9000	24.786,0000
447	13757	5935/214 733	Tubo água soldável 50mm/6 m	Tubo água soldável 50mm/6 m	UND				344	73,6600	25.339,0400
448	19028	5935/214 734	Tubo água soldável 60mm/6 m	Tubo água soldável 60mm/6 m	UND				354	111,8500	39.594,9000
449	19032	5935/214 735	Tubo de concreto 0,20 m c/ 1,00m	Tubo de concreto 0,20 m c/ 1,00m	UND	17.310	524,0000	5.770	23.080	34,5000	796.260,0000
450	19033	5935/603 993	Tubo de concreto 0,30 m c/ 1,00m	Tubo de concreto 0,30 m c/ 1,00m	UND	15.060	525,0000	5.020	20.080	53,6500	1.077.292,000 0
451	19034	5935/603 995	Tubo de concreto 0,40 m c/	Tubo de concreto 0,40 m c/	UND	3.000	526,0000	1.000	4.000	75,6100	302.440,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			1,00m	1,00m							
452	19035	5935/478060	Tubo de concreto 0,60 m c/ 1,00m	Tubo de concreto 0,60 m c/ 1,00m	UND	3.045	527,0000	1.015	4.060	164,5700	668.154,2000
453	19029	5935/478066	Tubo de concreto 0,80 m c/ 1,00m com armação em ferro em toda sua estrutura	Tubo de concreto 0,80 m c/ 1,00m com armação em ferro em toda sua estrutura	UND	3.000	528,0000	1.000	4.000	317,5200	1.270.080,0000
454	19030	5935/478067	Tubo de concreto 1,00 m c/ 1,00m com armação em ferro em toda sua estrutura	Tubo de concreto 1,00 m c/ 1,00m com armação em ferro em toda sua estrutura	UND	263	529,0000	87	350	521,8700	182.654,5000
455	19031	5935/478068	Tubo de concreto 1,20 m c/ 1,00m com armação em ferro em toda sua estrutura	Tubo de concreto 1,20 m c/ 1,00m com armação em ferro em toda sua estrutura	UND	150	530,0000	50	200	706,3700	141.274,0000
456	13758	5935/447694	Tubo de Despejo c/válvula p/pia e lavatório	Tubo de Despejo c/válvula p/pia e lavatório	UND				180	19,0300	3.425,4000
457	13765	5935	Tubo de pvc PBA	Tubo de pvc PBA	UND				130	156,7600	20.378,8000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			de 100mm/6 m	de 100mm/6 m							
458	5862	5935/302 157	TUBO DE PVC PBA DE 60MM/6 M	TUBO DE PVC PBA DE 60MM/6 M	UND				360	88,2600	31.773,6000
459	13764	5935/333 575	Tubo de pvc PBA de 75mm/6 m	Tubo de pvc PBA de 75mm/6 m	UND				130	135,5000	17.615,0000
460	13762	5935/302 156	Tubo esgoto 100mm/6 m	Tubo esgoto 100mm/6 m	UND				280	89,5000	25.060,0000
461	19036	5935/330 262	Tubo esgoto 200m/6m	Tubo esgoto 200m/6m	UND				170	331,0900	56.285,3000
462	13759	5935/238 151	Tubo esgoto 40mm/6 m	Tubo esgoto 40mm/6 m	UND				250	33,6700	8.417,5000
463	13760	5935/366 642	Tubo esgoto 50mm/6 m	Tubo esgoto 50mm/6 m	UND				170	38,1100	6.478,7000
464	13761	5935/330 264	Tubo esgoto 75mm/6 m	Tubo esgoto 75mm/6 m	UND				250	60,7300	15.182,5000
465	30637	5935/330 265	TUBO GALVAN IZADO 2' X 6M	TUBO GALVAN IZADO 2' X 6M	UND				210	144,6700	30.380,7000
466	30638	5935/265 514	TUBO GALVAN IZADO 3' X 6M	TUBO GALVAN IZADO 3' X 6M	UND				194	406,6400	78.888,1600
467	13767	5935/237 055	Tubo mangueir a de	Tubo mangueir a de	UND				10.025	5,6900	57.042,2500



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

			PEAD ramal predial 20mm	PEAD ramal predial 20mm							
468	13766	5935	Tubo para caixa de descarga	Tubo para caixa de descarga	UND				509	12,4600	6.342,1400
469	13768	5935/480 515	União soldavel 20mm	União soldavel 20mm	UND				326	8,0500	2.624,3000
470	5864	5935/214 183	UNIÃO SOLDAV EL 25MM	UNIÃO SOLDAV EL 25MM	UND				320	12,2300	3.913,6000
471	13770	5935/396 870	Válvula p/ pia	Válvula p/ pia	UND				364	10,2400	3.727,3600
472	13771	5935/482 837	Vaso sanitário	Vaso sanitário	UND				274	176,1800	48.273,3200
473	25967	5935/274 654	Vaso sanitário infantil louça branca	Vaso sanitário infantil louça branca	UND				50	415,1400	20.757,0000
474	24131	5935	Vassoura Palheta	Vassoura Palheta	UND				45	38,2000	1.719,0000
475	13640	5935/450 643	Vassoura regulável c/cabo (gadanho)	Vassoura regulável c/cabo (gadanho)	UND				242	39,1700	9.479,1400
476	13450	5935/417 310	Vergalhã o CA 50 10,0mm 3/8 barra com 12 m	Vergalhã o CA 50 10,0mm 3/8 barra com 12 m	BAR				1.590	46,4000	73.776,0000
477	13451	5935/255 824	Vergalhã o CA 50 12,5mm 1/2 barra com 12 m	Vergalhã o CA 50 12,5mm 1/2 barra com 12 m	BAR	1.193	531,0000	397	1.590	80,1800	127.486,2000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

478	13452	5935/255 766	Vergalã o CA 50 16,0mm 5/8 barra com 12 m	Vergalã o CA 50 16,0mm 5/8 barra com 12 m	BAR	795	532,0000	265	1.060	123,0200	130.401,2000
479	13454	5935/300 465	Vergalã o CA 50 5,0mm barra com 12 m	Vergalã o CA 50 5,0mm barra com 12 m	BAR				1.570	14,2900	22.435,3000
480	13453	5935/614 005	Vergalã o CA 50 6,3mm 1/4 barra com 12 m	Vergalã o CA 50 6,3mm 1/4 barra com 12 m	BAR				1.590	24,9900	39.734,1000
481	13455	5935/255 769	Vergalã o CA 50 8,0mm 5/16 barra com 12 m	Vergalã o CA 50 8,0mm 5/16 barra com 12 m	BAR				1.570	33,7700	53.018,9000
482	19037	5935/372 602	Vergalã o CA 60 4,2mm barra com 12m	Vergalã o CA 60 4,2mm barra com 12m	BAR				1.570	11,1400	17.489,8000
483	5530	5935/236 991	VERNIZ INCOLO R GALÃO 3,6	VERNIZ INCOLO R GALÃO 3,6	GAL				230	69,1800	15.911,4000
484	14696	5935/473 026	Zarcão galão 3,6	Zarcão galão 3,6	GAL				145	126,1800	18.296,1000
485	25953	5935/389 532	Rolo anti- gota 9cm	Rolo anti- gota 9cm	UND				100	14,1600	1.416,0000



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

486	26007	5935/422 013	FITA DE SINALIZ AÇÃO SEGURA NÇA ISOLAM ENTO 65 X 200M ZEBRAD A AMAREL A / PRETA	FITA DE SINALIZ AÇÃO SEGURA NÇA ISOLAM ENTO 65 X 200M ZEBRAD A AMAREL A / PRETA	UND				150	21,7300	3.259,5000
487	30595	5935/269 70	CABO RÍGIDO 6,0MM 1KV	CABO RÍGIDO 6,0MM 1KV	M				200	3,6000	720,0000
488	14766	5935/269 70	Lâmpada mista 160w - 220v	Lâmpada mista 160w - 220v	UND				5	19,2000	96,0000
489	30625	5935/269 70	LÂMPAD A TUBULA R DE LED T8 18W EQUIVA LÊNCIA FLUORE SCENTE 40W	LÂMPAD A TUBULA R DE LED T8 18W EQUIVA LÊNCIA FLUORE SCENTE 40W	UND				5	15,1400	75,7000
490	30626	5935/269 70	LÂMPAD A TUBULA R DE LED T8 9W EQUIVA LÊNCIA FLUORE SCENTE 20W	LÂMPAD A TUBULA R DE LED T8 9W EQUIVA LÊNCIA FLUORE SCENTE 20W	UND				5	13,4900	67,4500



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

											15.762.374,35
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Obs.: Poderão se fazer necessário a aplicação de normas técnicas para os itens em questão NBR 7211:2009 (Brita, Paralelepípedo Granítico e Areia, etc.); ressalta que este critério é razoável de ser estipulado economicamente que não irá restringir o mercado de competidores, haja visto que, no mercado apresente diversos licitantes que possam atender a normativa, bem como, não eleva sobre a maneira o preço de provável aquisição.

- 1.2. Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;
- 1.3. O prazo de vigência da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da celebração do instrumento, prorrogável na forma do Art. 22, do Decreto Federal Nº 11.462/2023;
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias consecutivos, com prazo de fornecimento de 10 (dez) dias, contada da prolação da ordem de fornecimento. O termo contratual poderá ser prorrogado, na forma do artigo 36, do Decreto Federal Nº 11.462/2023 c/c Art. 105 e Art. 111, ambos, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
 - I) ID PCA no PNCP: 13128798000101-0-000001/2025
 - II) Data de publicação no PNCP: 16/05/2024
 - III) Id do item no PCA: 1893; 1897; 1895; 3967; 3968; 3969; 3970; 3980; 3984; 3985;
 - IV) Classe/Grupo: 3590; 3710; 3895; 5680; 5999; 6150; 6210; 9999; 5610; 5680.
 - V) Identificador da Futura Contratação: 983157-6/2025; 983157-10/2025.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Deverão ser observado os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Licenças Ambientais de Operação das Jazidas de Extração dos insumos utilizados durante a obra (Brita, Paralelepípedo Granítico e Areia, etc.).

4.3. Para os demais tópicos inerentes à sustentabilidade, vê-se a não pertinência de sua incidência, haja vista que, considerando as opções de mercado vigente na localidade, há um número muito pequeno de fornecedores que, muito embora operem dentro da estrita legalidade, no sentido de observância aos critérios mínimos de operação, entretanto, não atendem os demais preceitos técnicos inerentes à demais requisitos sustentáveis e, considerar que tais opções, importaria tanto numa restrição extrema de mercado, bem como elevaria despropositadamente, considerando o fim da presente contratação, o valor a ser despendido, portanto, não sendo viável, na forma dos entendimentos manifestados pelo egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, como, o contante nos Acórdãos: N° 1.666/2019 – Plenário e N° 1.359/2024 – Plenário.

4.4. Ademais, o excerto supra, faz alusão, em especial, aos fornecedores locais, vide que, na forma do Inc. II e IV, do Art. 4º, do Decreto Federal N° 7.746, de 05 de junho de 2012, os conceitos de sustentabilidade, em contratações públicas, devem ser estipulados de modo a observar e estimular o mercado local, assim, imposições técnicas, que exortem além do mínimo necessário, de modo a impedir a participação de fornecedores locais, para o caso concreto, revela-se como um despropósito e



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

avilta contra o Desenvolvimento econômico sustentável, sob o aspecto social, conforme métrica propalada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), haja vista que, alijará a possibilidade de o benefício econômico, oriundo da circulação de capitais, não tiver, ao menos, a possibilidade de ser introduzidos nas pequenas empresas locais.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. Os ITENS solicitados, objeto dessa licitação deverá ser entregues no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Obras;
- 5.2. Os ITENS deverão ser entregues no endereço definido no pedido e autorização de fornecimento, limitando-se a área do município de Itabaiana/SE. O horário de entrega será nos horários de expediente do órgão contratante, das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados inclusive municipais;
- 5.3. O prazo de entrega dos **ITENS é de 10 (dez) dias** contados a partir do envio da(s) nota(s) de empenho;
- 5.4. Os ITENS solicitados serão recebidos e conferidos pelos fiscais administrativos e atestarão o recebimento através de aposição de carimbo Nota Fiscal;
- 5.5. O prazo de entrega será da data de assinatura do Contrato decorrente desta licitação, poderá ter sua duração prorrogada por iguais e sucessíveis períodos, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro;
- 5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade cível pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. . Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI c/c Inc. VI, do art. 9º, do Decreto Municipal Nº 542/2023);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II c/c Inc. II, do art. 9º, do Decreto Municipal N° 542/2023);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III c/c Inc. III, do art. 9º, do Decreto Municipal N° 542/2023);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV c/c Inc. IV, do art. 9º, do Decreto Municipal N° 542/2023);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V c/c Inc. V, do art. 9º, do Decreto Municipal N° 542/2023);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII c/c Inc. VII, do art. 9º, do Decreto Municipal N° 542/2023).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022 c/c Inc. I e II, do art. 10, do Decreto Municipal N° 542/2023).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV c/c Inc. III, do art. 10, do Decreto Municipal N° 542/2023).

Gestor do Contrato

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II c/c Inc. III, do art. 8º, do Decreto Municipal N° 542/2023).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III c/c Inc. IV, do art. 8º, do Decreto Municipal N° 542/2023).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII c/c Inc. V, do art. 8º, do Decreto Municipal N° 542/2023).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X c/c Inc. II e IV, do art. 8º, do Decreto Municipal Nº 542/2023).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI c/c Inc. VIII, do art. 8º, do Decreto Municipal Nº 542/2023).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24h, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 1 a 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 dias úteis;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.13. Constatando-se irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sistemas, referente às documentações indicadas no rol do Art. 68, da Lei Federal Nº 14.133/2021.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 7.24. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.
- 7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).
- 7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, por ITEM, com modo de disputa aberto e fechado, sob a forma de registro de preços.**



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

8.2. Justifica-se a adoção do modo de disputa “aberto e fechado”, pois o fator “surpresa” do lance final e fechado após a liberação gradual dos preços privados na “etapa aberta” potencializa o incentivo à revelação da informação. A “classificação” para a etapa fechada aliada à possibilidade de uma nova rodada da etapa fechada resulta em redução do risco de “seleção adversa”. Viabiliza a composição de preços dos licitantes subsequentes mais próxima da real valoração subjetiva do proponente, posto que não influenciado pelo conhecimento das demais propostas.

Diante do quadro apresentado – que, de forma alguma, tem a pretensão de reunir, de forma exaustiva, as vantagens e desvantagens de cada modo de disputa – é possível concluir que, para as licitações do tipo “menor preço” ou “maior desconto”, o modo “aberto e fechado”, ao ser abstratamente comparado ao modo “aberto”, apresenta uma “modelagem” mais eficaz no tocante à revelação incentivada de informações confiáveis por parte dos licitantes, aliada à maximização dos interesses da Administração na escolha da proposta mais vantajosa e com menores custos de transação possíveis.

Afinal, a combinação entre as etapas “aberta” e “fechada” potencializa o incentivo de revelação da melhor valoração subjetiva acerca do objeto por parte dos concorrentes e o fato de haver a delimitação máxima de tempo de duração da disputa (no máximo, 30 minutos) reduz os custos de transação para a Administração.

8.3. Poder-se-á adotar a utilização do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP, na forma do Art. 78, inc. IV e arts. 82 a 86, todos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação específica;

8.4. Justifica-se a possibilidade da adoção desse procedimento auxiliar tendo em vista que poderá haver interesse, por parte de outros órgãos dessa Administração, em ser partícipes da presente pretensão, o qual somente poderá ser confirmado por meio da expedição das competentes Intenções de Registro de Preços – IRP;

8.5. Em não havendo o interesse dos demais órgãos dessa Administração nas respostas às IRP’s, o procedimento seguirá o rito de contratação habitual, sem a realização do SRP.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Regime de execução

- 8.6. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário por ITEM;
- 8.7. Aquisição por item tem por objetivo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade;
- 8.8. Quando se trata de uma aquisição por item, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores e em diferentes localidades;
- 8.9. Deve o objeto a divisão em itens de modo a ampliar a disputa entre os licitantes. Deve ficar comprovada a viabilidade técnica e econômica do feito, ter por objetivo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a preservação da economia de escala.

Exigências Especiais na apresentação da proposta

- 8.10. Poderão se fazer necessário a aplicação de normas técnicas para os itens em questão NBR 7211:2009 (Brita, Paralelepípedo Granítico e Areia, etc.); ressalta que este critério é razoável de ser estipulado economicamente que não irá restringir o mercado de competidores, haja visto que, no mercado apresente diversos licitantes que possam atender a normativa, bem como, não eleva sobre a maneira o preço de provável aquisição

Exigências de habilitação

- 8.11. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.12. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional (Art. 66, da Lei Federal N° 14.133/2021);



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 8.13. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede (Art. 66, da Lei Federal N° 14.133/2021);
- 8.14. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> (Art. 66, da Lei Federal N° 14.133/2021);
- 8.15. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores (Art. 66, da Lei Federal N° 14.133/2021);
- 8.16. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 (Art. 66, da Lei Federal N° 14.133/2021).
- 8.17. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores (Art. 66, da Lei Federal N° 14.133/2021);
- 8.18. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz (Art. 66, da Lei Federal N° 14.133/2021).
- 8.19. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971 (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021).

- 8.20. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva (Art. 66, da Lei Federal Nº 14.133/2021).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso (Inc. I, do Art. 68, da Lei Federal Nº 14.133/2021);
- 8.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (Inc. III, do Art. 68, da Lei Federal Nº 14.133/2021).
- 8.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Inc. IV, do Art. 68, da Lei Federal Nº 14.133/2021);
- 8.24. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Inc. V, do Art. 68, da Lei Federal Nº 14.133/2021);
- 8.25. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (Inc. II, do Art. 68, da Lei Federal Nº 14.133/2021);



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 8.26. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (Inc. III, do Art. 68, da Lei Federal N° 14.133/2021);
- 8.27. Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílio ou sede do licitante.
- 8.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei (§ 1º, do Art. 68, da Lei Federal N° 14.133/2021).
- 8.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.30. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples (Inc. II, do Art. 69, da Lei Federal N° 14.133/2021);
- 8.31. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

- 8.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 8.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.34. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.35. Para os itens como (Brita, Paralelepípedo Granítico, Areia e etc.), deste termo de referência, deverá ser apresentado Licença Ambiental da jazida de origem, e, ainda, a “autorização de registro de licença” ou “licenciamento” de competência da Agência Nacional de Mineração – ANM, ou equivalente, quanto aos minérios utilizados para execução da obra, os agregados (AREIA, BRITAS, PARALELEPÍPEDO etc.), em atendimento à recomendação do Ministério Público de Contas de Sergipe, reforçada pelo Ofício Circular nº 10/2023/GP, referente ao Termo de Alerta 01/2023-DCEOS, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.
- 8.36. Ademais, considerando as características da presente contratação, principalmente a incidência da sistemática do Registro de preços, observa-se a pertinência da possibilidade de, no vindouro contrato, haver a possibilidade de, no decorrer da ata vindoura, haver a permissividade da utilização daquele instrumento, por outros órgãos não partícipes “caronas”, na forma do Art. 31 e seguintes, do Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023; haja vista que, com a presente possibilidade, os licitantes vislumbrarão que há a possibilidade dos quantitativos a serem adquiridos, poderem vir a ser mais ditosas e, assim, serem instigados a apresentarem, preços unitários, mais atrativo, importando, portanto numa clara economia de escala.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 15.762.374,35 (quinze milhões, setecentos e sessenta e dois mil trezentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;
- 9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);
- 9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
- 9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 10.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, caso o item o torne pertinente, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 10.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 10.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 11.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 11.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 11.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 11.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 11.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta);
- 11.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 11.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

- As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União;
- 13.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a classificação orçamentária será informada no ato da contratação;
- 13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Itabaiana/SE, 24 de março de 2025.

Jeovânio Oliveira da Trindade
CPF/MF 058.***.***-04

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024

Anexo II – Minuta Ata de Registro de Preços

Aos ____ dias do mês de _____, do ano de ____ a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 13.104.740/0001-10 com sede na Praça Fausto Cardoso, 12, centro, Itabaiana/SE, neste ato representado pelo Sr.

Praça Fausto Cardoso, 12 – Itabaiana/SE — 13.104.740/0001-10



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Prefeito Valmir dos Santos Costa, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR** inscrito no CNPJ sob o nº 13.104.740/0001-10, **PARTICIPANTES:** Os Órgãos Participantes são: **Fundo Municipal de Saúde**, inscrito no CNPJ 12.219.015/0001-24, o **Fundo Municipal de Assistência Social**, inscrito no CNPJ 14.745.480/0001-24, **Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte**, inscrita no CNPJ 07.734.057/0001-63 e **Fundo de Desenvolvimento do Transporte Coletivo de Itabaiana**, inscrita no CNPJ 22.778.050/0001-37, **Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA**, inscrita no CNPJ 28.261.365/0001-99, inscrita no CNPJ 28.261.365/0001-99 e **Fundo de Desenvolvimento do Transporte Coletivo de Itabaiana**, inscrito no CNPJ 22.778.050/0001-37 considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024, para Registro de Preços, e a sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, para suprir as necessidades do órgão público abaixo relacionado:

- Prefeitura Municipal de Itabaiana
- **PARTICIPANTES:** Os Órgãos Participantes são: Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 12.219.015/0001-24, o Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ 14.745.480/0001-24, Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte, inscrita no CNPJ 07.734.057/0001-63, Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, inscrita no CNPJ 28.261.365/0001-99, Fundo de Desenvolvimento do Transporte Coletivo de Itabaiana, inscrito no CNPJ 22.778.050/0001-37

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s), na forma do § 4º, do art. 18, do Decreto Federal Nº 11.462/23, são as que seguem:

Item	Especificação	Und	Qnt	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1.						
2.						



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

3.						
----	--	--	--	--	--	--

2.2 – A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, conforme inc. II e § 2º, ambos, do art. 18, do Decreto Federal Nº 11.462/23.

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 – O órgão gerenciador será o Município de Itabaiana, inscrito no CNPJ sob o nº 13.104.740/0001-10

3.2 – Além do gerenciador, há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

DEMONSTRATIVOS POR ORGÃOS PARTICIPANTES:

O quantitativo destinado a cada órgão está em anexo.

CLAUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - **Poderão ser aceitas adesões posteriores à Ata de Registro de Preços, na forma do art. 28 do Decreto Municipal nº 318, de 21 de outubro de 2024.**

4.2. Na forma do art. 86 §2º da Lei nº 14.133/2021, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos do §3º do mesmo artigo.

CLÁUSULA QUINTA – VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

5.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, na forma do art. 23, do Decreto Federal Nº 11.462/23.

CLÁUSULA SEXTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei federal Nº 14.133/21.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 – Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5 – O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9 – Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10 – A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

CLAUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; e

7.1.3 – Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação; e

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, na forma do § 3º, do art. 28, do Decreto Federal Nº 11.462/23.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no termo de referência o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

participantes e não participantes do registro de preços, na forma do art. 30, do Decreto Federal Nº 11.462/2023.

9.2 – O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 – Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6 – Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7 – Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**CLAUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR
E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

11.1 – Competências do ÓRGÃO GERENCIADOR:

11.1.1 – Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

11.1.2 – Providenciar a assinatura desta Ata, a publicação na Imprensa Oficial e o encaminhamento de sua cópia aos Órgãos Participantes, quando houver.

11.1.3 – Providenciar a indicação das FORNECEDORAS para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos.

11.1.4 – Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

11.1.5 – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na presente Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

11.2 – Competências da FORNECEDORA:

11.2.1 – Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas na presente Ata de Registro de Preços.

11.2.2 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Itabaiana.

11.2.2.1 - A inadimplência da FORNECEDORA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Prefeitura Municipal de Itabaiana, nem poderá onerar o objeto da presente Ata, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

11.2.3 – manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - Na forma do que dispõe o artigo 117, da Lei nº. 14.133/21 ficará designado servidor nomeado em portaria específica, apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

12.2 - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

12.3 - A Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

12.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.5 - Não obstante a FORNECEDORA seja a única e exclusiva responsável pela execução desta Ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

13.1.1 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata, na forma do Art. 45, da Lei Federal Nº 14.133/21.

13.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

13.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

14.2 – No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - Para quaisquer ações decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preço fica eleito o Foro da Comarca de Itabaiana/SE, com exclusão de outro qualquer por mais privilegiado que seja.

15.2 - E, por se acharem justos e compromissados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02(duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito jurídico na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itabaiana (SE), _____.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDORA

FORNECEDORA

TESTEMUNHAS

_____X_____

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../20....., QUE FAZEM ENTRE A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA
E A EMPRESA**

Pelo presente instrumento de Termo de Contrato, de um lado o Município de Itabaiana, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. Sr. **VALMIR DOS SANTOS COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º *****, SSP/SE e inscrito no CPF sob o n.º ***, residente nesta cidade e a empresa pessoa jurídica de direito

Praça Fausto Cardoso, 12 – Itabaiana/SE — 13.104.740/0001-10



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço na _____ Cep _____, Bairro _____, na cidade de _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) Sócio(a) Administrador(a), o(a) Sr(a) portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ SSP/SP e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA e em observância tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Und	Qnt	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1.						
2.						
3.						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de _____ (_____) dias consecutivos, com prazo de fornecimento de 10 (dez) dias, contada da prolação da ordem de fornecimento. O termo contratual poderá ser prorrogado, na forma do artigo 36, do Decreto Federal Nº 11.462/2023 c/c Art. 105 e Art. 111, ambos, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento tem natureza continuada;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre o fornecimento do contrato, com informações de que os bens tenham sido fornecidos regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do fornecimento;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. Pela perfeita e fiel execução do objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, o valor de R\$(.....) totalizando um valor global estimado de R\$(.....);

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/09/2024.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.2 A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta);



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, acaso o item o torne pertinente, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa: **11.2.4.1.** Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.5.1. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8, de 20% a 30% do valor do Contrato.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

11.2.5.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 11.1.3, de 20% a 30% do valor do Contrato.

11.2.5.3. Para infração descrita no subitem 11.1.2, a multa será de 10% a 25% do valor do Contrato.

11.2.5.4. Para infrações descritas no subitem 11.1.4, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

11.2.5.5. Para a infração descrita no subitem 11.1.1, a multa será de 10% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): 11.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.5.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. **12.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários será feita quando da emissão da nota de empenho, na forma do art. 17, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento e/ou congênere.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itabaiana/SE, _____ de _____ de 2024

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - _____

II - _____